

*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste*  

---

*Autoridade Bankaria no Pagamentu Timor-Leste Nian*

***Relatório Anual***  
Annual Report

**Ano 2004/2005**  
(1/Jul/2004 – 30/Jun/2005)

Dili  
2005



## ***Nota Introdutória***

A actividade económica em Timor-Leste aumentou em 2004 em resultado do impacto de colheitas favoráveis no sector agrícola e de uma maior actividade bancária. Este resultado positivo inverteu o fraco desempenho da economia no ano anterior, quando o produto não-petrolífero caiu significativamente. Em 2005 espera-se que a produção venha a aumentar a um ritmo maior que o anterior, convergindo gradualmente para o seu potencial de crescimento

O sistema bancário teve um notável crescimento, tendo as disponibilidades líquidas sobre o exterior aumentado em linha com os depósitos do Governo junto da ABP. No final de Junho/2005 estas disponibilidades correspondiam a mais de quinze meses de importações de bens e serviços.

O crédito dos bancos comerciais ao sector privado, por sua vez, também aumentou consideravelmente quando comparado com o ano anterior. Os sectores que dele mais beneficiaram foram os da construção, do comércio e os empréstimos individuais.

A situação geral do sistema bancário continuou a ser saudável mas continuaram os esforços para reforçar o sistema financeiro de Timor-Leste. Durante o ano fiscal em análise a ABP iniciou três importantes projectos para desenvolver legislação relativa a este sistema. Assim, foram preparados projectos de lei nas áreas do sistema de pagamentos, do pagamento de transacções e da “lavagem de dinheiro. A ABP está igualmente envolvida num processo de alteração dos seus próprios Estatutos que lhe permitirão converter-se num Banco Central com todas as características comuns a estes. O Governo demonstrou o seu claro apoio e compromisso com este objectivo ao completar a capitalização da ABP em Julho de 2005.

Durante o ano fiscal 2004-05 foi preparado o regime legal para o licenciamento e supervisão das companhias de seguros e dos intermediários dos mesmos. Esta legislação veio a ser aprovada pelo Parlamento Nacional no início de Julho passado, tendo sido promulgada.

A ABP também se envolveu muito activamente em todo o processo de definição do quadro legal e operacional do Fundo Petrolífero do nosso país.

Um dos principais sucessos alcançados durante o período e que fica como um marco importante no processo que conduzirá à criação do futuro Banco Central de Timor-Leste foi a assunção, por cidadãos nacionais, de todos os cargos superiores de gestão da instituição, nomeadamente os de Director-Geral e os dois Vice Directores-Gerais.

Continuaram a ser desenvolvidos esforços para reforçar a instituição e constituir uma equipa funcionários com um elevado grau de profissionalismo e preparação técnica. Em Novembro de 2004 foi constituído um Grupo de Trabalho para preparar procedimentos e manuais nas várias unidades orgânicas da ABP. Em resultado disso foram escritos mais de 300 destes documentos durante o ano, tendo mais de 260 sido já aprovados formalmente pelos órgãos de gestão da ABP.

A ABP também realizou uma análise profunda das suas necessidades de formação e treino como base para a definição de um plano de médio e longo prazos nesta área. No entanto, para se adaptar à

recente expansão do mandato da ABP --- nomeadamente em termos de gestão dos recursos com origem no petróleo ---, a direcção da instituição iniciou, durante o quarto trimestre do ano fiscal, um projecto de revisão da estratégia de treino do seu pessoal de modo a incluir o desenvolvimento de capacidades de gestão do Fundo Petrolífero. Esta adaptação é muito importante no quadro do caminho futuro a percorrer pela ABP no seu processo de transformação em Banco Central de serviço completo.

Em termos de desenvolvimento das capacidades do seu pessoal, a ABP continuou um programa de investimento intensivo nesta área. Nesse quadro foram realizados ou aprofundados um certo número de acordos com outros bancos centrais tais como o Banco de Portugal, o *Bank Indonesia* e o *Bank Negara Malaysia*. Além destas instituições a ABP também continuou a beneficiar de ligações com outras instituições de formação e Universidades tais como o *IMF Singapore Training Institute*, o instituto de formação bancária SEACEN, dos bancos centrais do Sudeste Asiático, e o *ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, entre outros. Durante o ano 41 funcionários (com 2648 pessoas-hora) participaram em vários cursos de formação no estrangeiro, incluindo visitas de estudo e estágios em outros bancos centrais.

Durante o ano fiscal em análise a ABP continuou a beneficiar da presença de funcionários internacionais que trabalharam em conjunto com os funcionários nacionais para desenvolverem os vários serviços prestados pela instituição. O Banco de Portugal disponibilizou vários programas de treino para funcionários da ABP bem como a estada entre nós de um conselheiro económico residente.

Apoio importante em acções de formação foi também recebido de outros bancos centrais como o *Bank Negara Malaysia*, o *Bank Indonesia* e o Banco Central da Noruega.

O Fundo Monetário Internacional também continuou a fornecer-nos um apoio técnico substancial em várias áreas críticas, incluindo gestão de reservas, supervisão bancária e de seguros, sistemas de pagamentos, combate à “lavagem de dinheiro” e outras. Este apoio foi levado a cabo por missões de técnicos do FMI que contribuíram significativamente para a melhoria da nossa actividade nas áreas referidas.

A ABP também continuou a receber um forte apoio do Governo da RDTL, particularmente de S<sup>a</sup>Ex<sup>a</sup> o Primeiro Ministro e de S<sup>a</sup>Ex<sup>a</sup> a Sr<sup>a</sup> Ministra do Plano e Finanças. A Administração da ABP gostaria de expressar aqui o seu sincero apreço pela sua contribuição para o desenvolvimento da instituição. O apoio dos demais parceiros mencionados é também aqui reconhecido e agradecido.

Este Relatório Anual e as informações financeiras auditadas que dele constam são apresentados em obediência ao estipulado no Artº 56 do Regulamento 2001/30 da UNTAET que criou esta Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.

Dili, 31 de Outubro de 2005

**Abraão de Vasconcelos**  
Director-Geral

## Índice

<b>Enquadramento internacional .....</b>	<i>pg</i>	7
Caixa de texto: <i>O petróleo e o gás natural: importância actual</i>		14
<b>Evolução recente da economia nacional .....</b>		17
<i>Produção .....</i>		17
<i>Preços.....</i>		21
<i>Comércio internacional .....</i>		22
Caixa de texto: <i>Planeando a gestão do Fundo Petrolífer de Timor-Leste</i>		26
<i>Câmbios .....</i>		27
<i>Finanças públicas .....</i>		28
<i>Moeda, crédito e taxas de juro .....</i>		31
<b>Estatísticas monetárias .....</b>		35
<b>Actividade da ABP em 2004-05 .....</b>		37
<i>Resumo introdutório</i>		37
<i>Agenda legislativa</i>		38
<i>Sistema financeiro e de pagamentos</i>		38
Caixa de texto: <i>o sistema bancário de Timor-Leste; uma síntese das suas características</i>		40
<i>Disposições quanto a dinheiro e serviços bancários</i>		42
<i>Reforço institucional</i>		44
<i>Recursos humanos e desenvolvimento de capacidades</i>		45
<i>Governança</i>		47
<b>Informações financeiras sobre o exercício 2004-2005</b>		49





*Bilha em barro, de Manatuto, vista de cima*

### ***Enquadramento internacional***

O ano fiscal que terminou em 30 de Junho próximo passado, período a que se refere o presente Relatório Anual da ABP, foi caracterizado, em geral, por algumas significativas transformações, quer no nosso país quer no estrangeiro, tanto do ponto de vista político como económico. Naturalmente, é este último que mais nos interessa analisar e a primeira parte deste Relatório tem como objectivo, como é tradicional, fazer uma análise da evolução da situação económica internacional, primeiro, e do país, depois.

Começar por aquela justifica-se pela necessidade de definir, à partida, o enquadramento internacional da evolução da nossa própria economia já que esta, tal como a da maior parte dos outros países, está cada vez mais articulada com a economia mundial. Dois exemplos: as receitas do Mar de Timor — e, com elas, o nosso próprio desenvolvimento actual e futuro — estão dependentes da evolução do preço internacional do petróleo no mercado internacional o qual, por sua vez, influencia e é influenciado pela situação económica internacional; as despesas que efectuamos com as nossas importações — e são muitas — dependem, em parte, da cotação do USD no mercado internacional.

Em relatório recente, o FMI destacou que o crescimento económico mundial foi, em 2004, o mais rápido dos últimos 30 anos: 5,1%. Para tal contribuíram principalmente o crescimento de alguns países mais industrializados — caso dos Estados Unidos, com 4,4% — mas também vários países “em desenvolvimento”, com especial destaque para a China e os seus 9,5% de taxa de crescimento da produção.

Tal como estes números já deixam antever, o crescimento económico deu-se, no entanto, a ritmos diferenciados de região para região e de país para país.

<b>Quadro 1.1 – OCDE: principais indicadores económicos</b>							
	2004	2005				2005	2006
	ano	T1	T2	T3	T4	ano	ano
<b>Taxa média anualizada de variação do PIB</b>							
Estados Unidos	4,4	3,6	3,4	3,6	3,3	3,6	3,3
Japão	2,6	5,3	0,8	1,2	1,5	1,5	1,7
Área Euro	1,8	1,5	1,1	1,3	1,7	1,2	2,0
Total da OCDE	3,4	3,3	2,5	2,7	2,8	2,6	2,8
<b>Idem, Inflação</b>							
Estados Unidos	2,1	3,2	1,9	2,1	2,1	2,4	2,2
Japão	-1,2	-2,8	-0,8	-0,4	-0,1	-0,9	0,0
Área Euro	1,9	1,2	1,9	1,8	1,6	1,5	1,7
Total da OCDE	2,0	1,5	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9
<b>Taxa de desemprego</b>							
Estados Unidos	5,5	5,3	5,2	5,1	5,0	5,1	4,8
Japão	4,7	4,5	4,4	4,4	4,4	4,4	4,1
Área Euro	8,9	9,0	9,1	9,1	9,0	9,0	8,7
Total da OCDE	6,7	6,7	6,7	6,7	6,6	6,7	6,4
<b>Taxa de juro de curto prazo</b>							
Estados Unidos	1,6	2,8	3,2	3,6	4,2	3,4	4,7
Japão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Área Euro	2,1	2,1	2,0	1,6	1,6	1,8	1,9

Fonte: OCDE *Economic outlook n.º 77*, Paris, Maio 2005

particularmente dos Estados Unidos e, mais ainda, da “Área do Euro” — têm vindo a baixar devido, nomeadamente, ao crescente preço do petróleo nos mercados internacionais mas também às crescentes expectativas negativas dos consumidores e investidores e que se reflectem na produção

O resultado é uma queda (estimada) da produção da OCDE durante os dois primeiros trimestres deste ano de 2005, particularmente no segundo trimestre, quando a taxa de variação da produção baixar dos 3,3% do primeiro trimestre para os 2,5%. No total, espera-se que em 2005 haja um crescimento de 2,6%, contra os 3,4% do ano passado.

De notar que na mais recente edição do seu *World Economic Outlook*, editado em Setembro/2005 pelo FMI-Fundo Monetário Internacional, este estima em 2,5% o crescimento dos países mais industrializados (de facto os da OCDE) durante o ano de 2005. Isto é, as estimativas não se alteraram significativamente (apenas -0,1% face aos valores estimados em Maio passado) mas parece haver agora um (muito) ligeiro maior pessimismo do que há alguns meses atrás a que não é estranha a evolução (em alta) dos preços do petróleo.

No *Economic Outlook* da OCDE - Organização de Coope-ração e Desenvolvimento Económico de Maio passado (vd. quadro 1.1) considera-se que em 2004 se terá verificado, no total da OCDE, um crescimento da produção de 3,4%, animado essencialmente pelo rápido crescimento económico dos Estados Unidos durante esse ano (4,4%, dos mais elevados dos últimos anos) e que se seguiu ao abrandamento do seu crescimento em 2002 (1,9%) e 2003 (3%).

Esta evolução positiva será desmentida este ano já que as previsões sobre o comportamento do conjunto das economias da OCDE —

A queda do nível de actividade económica tem contribuído para que não haja excessiva pressão para a subida da **taxa de inflação** — apesar da subida dos custos da energia (petróleo) consumida na produção. Assim, a taxa de inflação no conjunto dos países da OCDE situou-se no ano de 2004 nos 2%, devendo manter-se este ano num valor muito próximo deste. Este valor é confirmado pelas estimativas mais recentes (Set/2005) do FMI.

Note-se que este abrandamento do crescimento vai ocorrer sem que sejam sensíveis os seus efeitos no mercado de trabalho através do aumento do **desemprego**, o qual se manterá próximo dos valores actuais: 6,7%, com uma situação diferenciadas nas três grandes “regiões” da OCDE — Estados Unidos, Japão e “Eurolândia” ---, com a área do Euro a manter, como é usual, um valor mais alto (9%) e sem que anteveja como poderá vir a baixar significativamente no futuro.

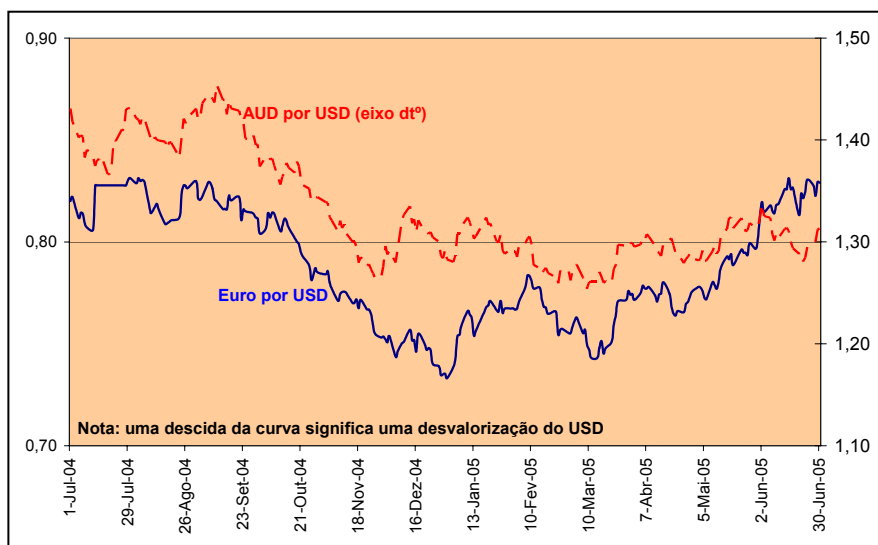
Para 2006 o *Economic Outlook* da OCDE prevê uma ligeira recuperação da situação económica do conjunto dos países mas com comportamentos diferentes entre os três “grandes” que a compõem: melhoria na Europa e no Japão (mais acentuada na primeira que no segundo) e continuação da queda da taxa de crescimento nos Estados Unidos a qual, no entanto, se manterá bem acima da dos outros dois grandes espaços económicos da OCDE (3,3% contra 1,7-2,0% no Japão e Europa). O FMI prevê para 2006 um crescimento de 2,7%, contra os 2,8% previstos pela OCDE há alguns meses atrás.

Note-se que outros observadores fazem estimativas diferenciadas mas o panorama de conjunto parece não ser muito animador, pelo menos para a Europa e Japão.

Este “arrefecimento” da economia internacional ou, pelo menos, de alguns dos seus principais “motores”, pode significar, nomeadamente, um abrandamento da procura de energia e consequente baixa do seu preço. Isto não deixará de ter reflexos em Timor-Leste através da redução das receitas do Mar de Timor; a influência sobre a produção nacional deve ser mínima dadas as fracas relações entre esta (o produto não-petrolífero) e a economia internacional.

Note-se que em relação ao preço da energia o recentemente publicado *Asian Development Outlook 2005*, do *Asian Development Bank*, pressupõe que o petróleo (Brent), depois de ter passado de 28,8 USD/barril (média anual) para 38,3 USD/barril de 2003 para 2004, se fixará nos 41 USD/barril este ano e nos 39 USD/barril em 2006.

As **taxas de câmbio** das principais moedas mantiveram, em 2004-2005 alguma instabilidade entre si, com o USD a desvalorizar-se até ao final de 2004 e depois recuperando parte do seu valor em relação ao Euro e ao Iéne mas mantendo-se algo depreciado em relação ao dólar australiano.

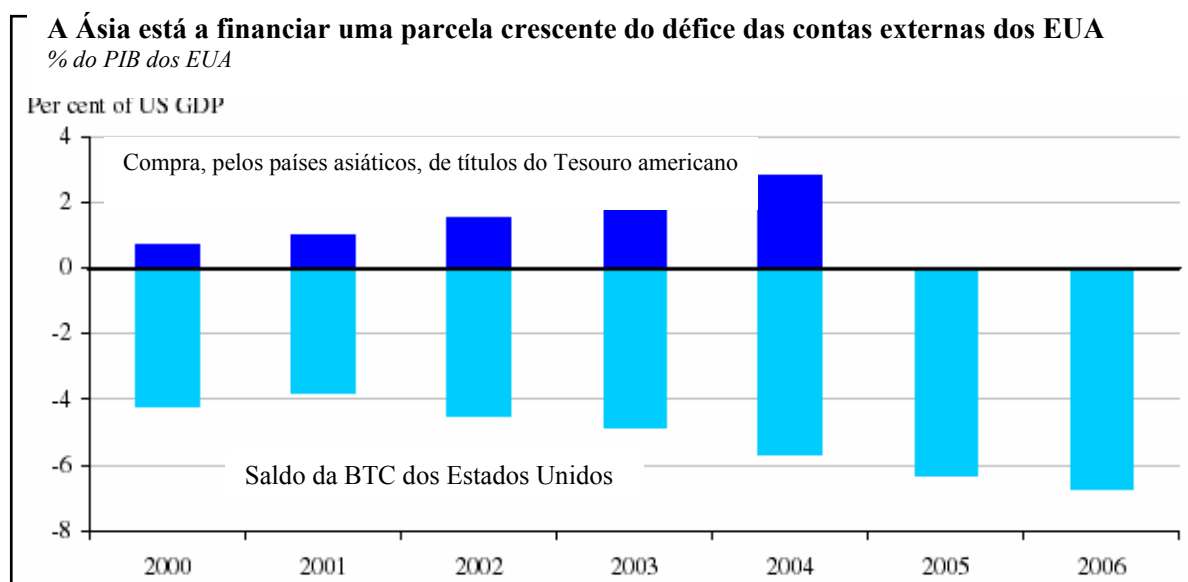


As **taxas de juro** têm-se mantido a níveis historicamente muito baixos (cerca de 2% na zona Euro e 0% no Japão) mas com tendência para aumentar nos Estados Unidos, em parte devido à necessidade

de trazer de volta ao país muitos fundos que dele saíram à procura de melhores remunerações (na Austrália e na Europa, por exemplo, levando à valorização das respectivas moedas e desvalorização do USD). As perspectivas são, pois, de se ir reduzindo o diferencial entre as taxas europeias e americanas, o que poderá contribuir para uma revalorização do USD face ao Euro e a outras moedas — que, no entanto, tarda a verificar-se de uma forma nítida e consistente.

Quanto às **finanças públicas**, os progressos no controlo do défice existente nos vários países tem sido muito lento. Isto faz dos Estados Unidos, por exemplo, um verdadeiro “sugadouro” da poupança mundial, nomeadamente da Ásia Oriental, onde se situam alguns dos países com maior taxa de poupança a nível mundial e que é de tal forma elevada que se torna difícil efectuar investimentos no país que a absorvam completamente.

Esta absorção de recursos financeiros visa igualmente financiar o importante défice das **contas externas** do país (-5,7% do PIB em 2004 e -6,4%, estima-se, em 2005). Tudo somado, o sistema financeiro internacional está relativamente dependente das políticas que vierem a ser adoptadas pelos países com maiores excedentes e que financiam os que têm maiores défices — no essencial, os Estados Unidos da América.



Em resumo, depois de se terem confirmado para 2004 as perspectivas de recuperação económica, o ano de 2005 apresenta-se um pouco mais sombrio para a generalidade dos observadores e para a generalidade das economias mais industrializadas. De facto, confirmadas que foram taxas mais baixas de crescimento nos dois primeiros trimestres deste ano, espera-se que o segundo semestre confirme as perspectivas negativas do primeiro — principalmente quanto á economia europeia. Esta degradação da situação económica não é independente da evolução, em forte alta, do preço do petróleo e de uma evolução negativa das expectativas dos agentes económicos.

Parece haver, no entanto, uma “luz ao fundo do túnel” para 2006 relativamente às economias europeia e japonesa, com ligeiras recuperações que, adicionadas às de outros países da OCDE, farão o conjunto aumentar a sua taxa de crescimento de 2005 apesar da diminuição da dos Estados Unidos.

Note-se, porém, que há vários indicadores que apontam para uma grande fragilidade desta retoma e que, por isso mesmo, se pode vir a traduzir num “mais do mesmo” (de 2005): uma economia

crescendo a um ritmo relativamente lento e pouco (ou nada) sustentável numa perspectiva de médio-prazo.

Quanto aqui fica dito relativamente à evolução passada (recente) e futura (próxima) da economia dos países mais industrializados e que têm sido os “motores” da economia internacional deve-nos deixar alerta sobre o futuro já que se é verdade que há esperança de melhoria da situação também é verdade que estas podem, com facilidade, saírem goradas — nomeadamente se os preços do petróleo se mantiverem demasiado altos.

E quanto aos países que nos são mais próximos, os da Ásia-Pacífico, em geral, e os países com quem, como a Indonésia e a Austrália, mantemos relações económicas mais intensas?

**Quadro 1.2 - Ásia Oriental e Sudeste Asiático – principais indicadores**

		2003	2004	2005	2006	2007
<b>PIB</b>	<i>Ásia Oriental</i>	6,7	7,8	6,7	7,0	7,2
	China	9,3	9,5	8,5	8,7	8,9
	Coreia do Sul	3,1	4,6	4,1	5,1	4,9
	<i>Sudeste Asiático</i>	5,0	6,3	5,4	5,6	5,9
	Indonésia	5,0	5,1	5,5	6,0	6,5
	Malásia	5,3	7,1	5,7	5,3	5,8
	Singapura	1,4	8,4	4,1	4,5	4,4
	Tailândia	6,9	6,1	5,6	5,8	6,0
<b>Preços (IPC, %)</b>	<i>Ásia Oriental</i>	1,3	3,3	3,1	3,0	3,0
	China	1,2	3,9	3,6	3,3	3,2
	Coreia do Sul	3,6	3,6	3,0	3,3	3,6
	<i>Sudeste Asiático</i>	3,3	4,2	4,3	3,9	3,8
	Indonésia	6,6	6,2	5,9	5,4	5,5
	Malásia	1,2	1,4	2,4	2,5	2,5
	Singapura	0,5	1,7	1,4	1,2	1,2
	Tailândia	1,8	2,7	3,5	3,0	2,5
<b>BTC (% PIB)</b>	<i>Ásia Oriental</i>	4,3	4,2	2,9	2,4	1,7
	China	3,2	3,3	1,2	0,4	-0,2
	Coreia do Sul	2,0	4,0	3,9	3,5	2,8
	<i>Sudeste Asiático</i>	7,8	7,1	6,2	5,3	4,9
	Indonésia	3,2	2,6	2,1	1,5	1,0
	Malásia	12,9	12,5	10,1	8,3	6,7
	Singapura	29,2	26,1	26,0	25,7	26,2
	Tailândia	5,6	4,5	2,3	1,3	1,3

Fonte: ADB *Asia Development Outlook 2005*, vários quadros; 2003 e 2004: dados efectivos, 2005-2007: projecções

Na evolução desta região importa destacar a da China, já hoje um “motor” de toda a Ásia Oriental e, cada vez mais, também da economia mundial ou, pelo menos, sua condicionante sob vários aspectos. Estes vão desde os preços (baixos) a que consegue vender muitos dos seus produtos até à pressão sobre os preços do petróleo, do seu crescente papel como importador (nomeadamente de outros países asiáticos, ajudando-os no seu próprio crescimento), ao de cada vez mais importante financiador do sistema internacional graças às suas enormes poupanças e ao papel que tem tido no financiamento do duplo défice americano (das finanças públicas às trocas externas).

Apesar dos esforços das autoridades chinesas para reduzirem a taxa de crescimento da economia nacional devido às pressões inflacionistas que se começavam a sentir, a verdade é que o PIB da China aumentou em 2004 ainda mais que em 2003 (9,5% contra 9,3%). Para 2005 espera-se que seja possível baixar mesmo o ritmo de crescimento até aos 8,5%.

Na sequência deste “arrefecimento” controlado da economia espera-se que a taxa de inflação desça ligeiramente, passando para os cerca de 3,6% depois de em 2004 ter sido de 3,9%. Repare-se que aparentemente as autoridades económicas do país optaram por deixar a sua moeda apreciar-se em termos reais — por os seus produtos, devido à inflação, serem agora um pouco mais caros — em vez de deixarem a taxa de câmbio do yuan valorizar-se em termos nominais — ainda que recentemente (Julho/05) tenham procedido a uma ligeira (2%) valorização nominal que serviu como verdadeiro “balão de ensaio” para estudar a reacção das exportações ao novo valor e, principalmente, para estudar a reacção dos mercados relativamente à situação cambial de Hong Kong — que tem uma taxa de câmbio fixa há cerca de 20 anos graças ao seu regime cambial.

O “*soft landing*” da economia chinesa — redução gradual da (excessiva e potencialmente inflacionária) taxa de crescimento da produção — contribuirá para uma alteração da importância relativa das exportações e da despesa interna (consumo das famílias e investimento, privado e público), com esta última, principalmente o consumo privado, a assumir cada vez maior importância como força dinamizadora da economia chinesa. A verificar-se esta alteração, podemos estar perante boas notícias para os parceiros económicos da China na região asiática pois ela passará a importar mais, ajudando a sustentar o crescimento económico do Sudeste Asiático, por exemplo, tornando-o um pouco menos dependente do mercado americano.

Foi o que aconteceu, por exemplo, em 2004. Neste ano, o aumento das exportações desta região, associado ao aumento significativo do investimento (principalmente público, em infra-estruturas), permitiu um aumento da taxa de crescimento que dos 5% em 2003 passou a 6,3% em 2004. A queda do crescimento na China e noutros compradores (Estados Unidos e Europa mas também Japão) prevista para este ano de 2005 será a responsável, em parte, pela redução da taxa de crescimento do conjunto das economias do Sudeste Asiático (5,4-5,6% em 2005 e 2006).

Quanto à *região em que se insere Timor-Leste*, vale a pena acompanhar mais de perto a evolução das economias da Indonésia — nosso principal fornecedor — e da Austrália.

A **Indonésia** tem conhecido nos últimos anos um crescimento económico rápido e relativamente estável: cerca de 5%/ano em 2003 e 2004. Previsões recentes do Banco Central do país apontam para uma taxa de crescimento da *produção* dentro da banda dos 5,5%-6%, enquanto que o Governo aposta na taxa superior desta banda. O valor efectivo virá a depender da evolução dos preços do petróleo, de que o país é produtor (mas de que se tornou importador líquido nos últimos anos), mas a verdade é que estas taxas de crescimento são muito animadoras quanto à evolução da economia. Para 2006 há previsões de que esta taxa se mantenha elevada (cerca de 5,7%).

Esta evolução é, em boa parte, resultado de uma política económica consistente e, em particular, de uma política monetária que tem apoiado o crescimento procurando manter uma oferta monetária que permita a manutenção de taxas de juro atractivas para o investimento mas, simultaneamente, que não penalize demasiado os que têm depósitos bancários já que estes tenderão a receber taxas de juro reais negativas, podendo isso incentivar o consumo e fazer pressão no sentido da subida da inflação.

A relativa fluidez da oferta monetária tem tido um custo: uma *taxa de inflação* que é das maiores da região (6,1% em 2004 mas há estimativas de que, devido ao corte de subsídios aos bens petrolíferos, possa chegar em 2005 aos 9-10%).

Uma tão elevada taxa de inflação (compare-se com, para 2004, os 1,4%, 1,7% e 2,7% da Malásia, de Singapura e da Tailândia, alguns dos principais concorrentes do país no mercado mundial) obriga a uma política de *taxa de câmbio* que mantenha a competitividade externa da economia, permitindo-lhe a manutenção de taxas elevadas de exportação (12,6% em 2004 e,

previsivelmente, cerca de 15% este ano, beneficiando, em parte do aumento das exportações petrolíferas). Assim e em média, verificou-se uma desvalorização da rupia entre 2003 e 2004 (de 8465 IDR/USD para 9270 IDR/USD) que se tem acentuado este ano — a taxa de câmbio actual (fim de Setembro/2005) é de cerca de 10300 IDR/USD.

A **política monetária** prosseguida é também a responsável por **taxas de juro** que, como se referiu, são, em termos reais, relativamente convidativas para os investidores — que têm aproveitado a situação e, com isso, contribuído para a melhoria da situação económica do país. De facto, a taxa de juro a 3 meses do mercado monetário era, no final do primeiro semestre deste ano, de cerca de 8,3% que, a se se confirmasse a taxa de inflação de cerca de 7,7% neste ano, resultaria numa taxa de juro real de menos de 1%.

O aumento das expectativas quanto à taxa de inflação (para cerca de 9-10%) alterará as perspectivas quer dos investidores, dificultando este, quer dos consumidores, que poderão ser levados a comprar antes que os preços subam mais — se tiveram rendimentos reais que o permitam fazer....

Quanto à **economia da Austrália**, é de realçar, em primeiro lugar, o crescimento económico rápido verificado em 2004 (4,1%), um pouco superior ao que se tinha registado no ano anterior. Para este ano (2005), porém, prevê-se uma queda para cerca de metade da taxa de crescimento do produto: 2%. Esta tendência já se vinha verificando na segunda metade do ano anterior e fica a dever-se à queda da procura interna. Esta, segundo a OCDE, terá passado de um crescimento de 6,3% em 2003 para 4,4% em 2004, esperando-se que baixe para 3% em 2005 em resultado, principalmente, da queda do consumo privado — 5,4% em 2004 e 2,6% em 2005. Também as exportações líquidas (exportações – importações) têm conhecido taxas de crescimento negativas, principalmente em 2003 e 2004, esperando-se que a situação melhore parcialmente (mas mantendo-se a taxa negativa) em 2005 devido à queda do ritmo de crescimento das importações devida ao abrandamento da economia.

O crescimento económico relativamente rápido tem permitido reduzir gradualmente a **taxa de desemprego**, a qual se deve fixar nos cerca de 5,2% em 2005, depois de já ter sido de 6,4% em 2002.

A taxa de **inflação**, por sua vez, tem-se mantido relativamente estável nos cerca de 2,5% devido, em boa parte, à política monetária prosseguida pelo *Reserve Bank of Australia*, que fixou para ela a meta limite de 3%.

A **taxa de câmbio** do AUD face ao USD sofreu uma apreciação até ao início de 2005 mas depois disso desvalorizou-se ligeiramente, havendo estimativas de se fixar até ao final deste ano nos cerca de USD 0,70 por AUD (USD 0,76 em meados de Agosto/05).

Completada a análise da evolução da economia internacional, vejamos agora alguns elementos sobre a evolução da economia do nosso país durante o período a que se refere o presente relatório.

## O petróleo e o gás natural: importância actual

### 1 – As diversas fontes de energia e sua importância relativa

O petróleo e o gás natural são duas das principais fontes de energia do mundo moderno. Estas duas fontes de energia representam actualmente, só por si, cerca de 60% do consumo mundial de energia, com o petróleo a representar cerca de 40% e o gás natural 20%. Este último tem vindo a aumentar a sua importância relativa ao longo dos últimos anos.

As restantes fontes de energia (carvão, energia hidroeléctrica e energia nuclear) são as responsáveis pelos restantes 40% do consumo mundial de energia mas é nítida a supremacia do carvão, que tem uma importância relativa só ligeiramente superior à do gás natural.

A importância relativa de cada uma das fontes de energia referidas é, no entanto, diferente de região para região. De facto, se na América do Norte e na Europa o petróleo e o gás natural representam cerca de 2/3 do consumo de energia — com ligeira vantagem da Europa no consumo de gás e dos Estados Unidos no consumo de petróleo ---, na Ásia-Pacífico o consumo de carvão é ainda preponderante já que, só por si, representa sensivelmente o mesmo que o consumo de petróleo e gás natural. Esta situação é muito influenciada pela situação na China, grande produtora e consumidora de carvão.

Mas não é só quanto à estrutura do tipo de energia consumida que há fortes diferenças entre as diversas regiões (e países) do mundo. Também quanto ao consumo *per capita* se verificam grandes diferenças entre os países e regiões, sendo nítida a importância dos Estados Unidos — e da Arábia Saudita, mas esta com uma população muitíssimo mais reduzida.

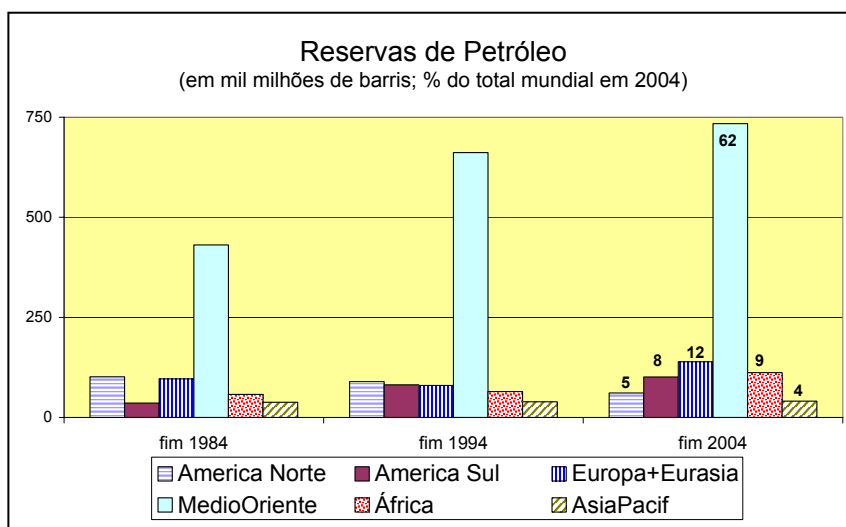
Sabendo-se que várias destas fontes de energia não são renováveis — caso do petróleo, do carvão e do gás natural ---, uma das questões que se pode colocar é saber qual a duração previsível de cada uma delas: 10 anos? 50 anos? 100 anos?

No início dos anos setenta do século XX foi publicado um importante estudo — o chamado “1º Relatório do Clube de Roma” — que, considerando como dados a taxa de utilização do petróleo da época e as reservas deste produto que então se conheciam, calculou que o “ouro negro” se esgotaria antes do final do ano 2000. Isto foi, na época, um enorme choque pois, devido à importância do produto na produção de energia, o seu desaparecimento punha em causa o modo de vida de todos nós e, principalmente, dos países mais industrializados.

Hoje crê-se que as reservas existentes correspondem a cerca de 40 anos de produção semelhante à de 2004, o que fará com que o petróleo possa desaparecer antes de atingirmos o meio deste século, sendo necessário procurar alternativas que terão de ser encontradas, provavelmente, nas energias ditas renováveis (eólica, solar, hídrica, etc.) mas também na própria energia nuclear — desde que seja possível limitar os eventuais acidentes.

### 2 - O petróleo no mundo moderno

O petróleo encontra-se regionalmente distribuído de uma forma desigual como se pode ver pelo gráfico ao lado: a grande maioria das **reservas conhecidas** encontram-se no Médio Oriente (62%). 75% destas reservas encontram-se em países que são membros da OPEC; 10% estão nos países que constituem a antiga União Soviética e os restantes 15% em países não-membros da OPEC, nomeadamente países ocidentais.



Quanto à **produção** mundial efectiva, ela encontra-se concentrada principalmente no Médio Oriente, que em 2004 produziu 31% do total mundial; seguem-se-lhe o total da Europa e da Eurásia, com 22% (incluindo 12% na Federação Russa), a América do Norte, com 17% (8,5% dos Estados Unidos), a África com 11% (quase metade na Nigéria e em Angola), a Ásia-Pacífico, com 10% (quase metade na China) e a América do Sul e Central com cerca de 9% (4% na Venezuela). Os três principais produtores individuais foram a Arábia Saudita, com 13% da produção mundial, a Federação Russa, com 12% e os Estados Unidos, com 8,5%. O Irão, com 5,2% foi o quarto produtor, seguido do México (4,9%).

O panorama relativamente ao **consumo** é totalmente diferente. Os Estados Unidos lideram a lista dos principais consumidores com 25% do total mundial correspondentes a uma média de cerca de 20 milhões de barris por dia (em 2004) quando o segundo consumidor, a China, consome 8,2% do total (6,7 milhões de barris), seguida do Japão com 6,4% (5,3 milhões). Os Estados Unidos produzem diariamente apenas 7,2 milhões de barris por dia, necessitando, por isso, de importar cerca de 12,8 milhões, i.e., quase o dobro do que produzem. A China produz 3,5 milhões e consome 6,7 milhões de barris por dia, necessitando de importar 3,2 milhões, quase tanto quanto produz. Os países da OCDE consomem 60% do total, com a União Europeia, no seu conjunto, a consumir 18,4% (14,6 milhões de barris por dia), o que faz dela, como grupo, o segundo consumidor depois dos Estados Unidos.

Importante é realçar também o diferente **ritmo de crescimento do consumo** entre os vários países. Enquanto que o consumo dos Estados Unidos cresceu 2,8% em 2004 relativamente a 2003, o aumento verificado na China foi de 15,8% em resultado do rápido crescimento económico do país.

As diferentes capacidades de produção e necessidades de consumo dão origem a um **comércio internacional** entre as diversas regiões que se tem revelado muito importante, com a região do Médio Oriente a ser fundamental no abastecimento de quase todas as zonas do globo — da Europa aos Estados Unidos, do Japão à China, por exemplo — ao fornecer cerca de 975 das 2400 milhões de toneladas de petróleo comercializadas internacionalmente. Isto faz com que o que se passa naquela região do globo é determinante para a evolução da economia do petróleo a nível mundial. Com 320 milhões de toneladas fornecidas, a antiga União Soviética é o segundo fornecedor mundial, seguindo-se-lhe, com 200 milhões, a África Ocidental, com os “gigantes” Nigéria e Angola.

Quanto à Ásia-Pacífico, é de realçar a importância geo-estratégica do Sudeste Asiático por ser local de passagem obrigatório da maior parte dos fluxos de abastecimento da região, com cerca de 630 milhões de toneladas a virem do Médio Oriente (mais de metade das importações da Ásia-Pacífico), o que a torna na região do mundo mais dependente deste (de que absorve cerca de 2/3 das exportações).

### 3 – O gás natural

O gás natural é um como que “irmão mais novo” do petróleo. Em 1980, por exemplo, o seu consumo mundial era pouco mais de 1/3 do de petróleo mas hoje é quase 2/3. A sua importância relativa como fonte de energia tem, pois, vindo a aumentar significativamente ao longo do tempo, a que não é estranho o facto de ser mais barato por unidade de energia produzida e ser menos poluente.

As **reservas** conhecidas concentram-se principalmente em duas regiões: o Médio Oriente, com 41%, e a Europa e antiga União Soviética, com cerca de 37%, num total de mais de ¾ do total mundial. A terceira região com maiores reservas é a Ásia-Pacífico, particularmente o Sudeste Asiático.

As principais regiões de **produção** são a América do Norte (principalmente os Estados Unidos, com 20% do total mundial) e a Europa Ocidental e antiga União Soviética, com 39% do total da produção mundial. A Ásia-Pacífico é responsável por 12% da produção.

O **consumo** mundial concentra-se principalmente nos Estados Unidos (24% do total mundial) e na Federação Russa (15%) mas os países da Europa Ocidental (principalmente o Reino Unido e a Alemanha mas também a França) têm aumentado muito o seu consumo nos últimos anos.

O **consumo per capita** tem aumentado significativamente e os principais consumidores são os próprios países produtores mas há hoje em dia um importante **comércio internacional** do produto através, principalmente, de uma vasta rede de gasodutos (*pipelines*) que ligam, por exemplo, a região da antiga União Soviética e a Argélia, no Norte de África, à Europa. O comércio através deste sistema foi de cerca de 500 biliões de metros cúbicos (2004), enquanto que utilizando o gás liquefeito (LNG, como o que vai ser produzido no Mar de Timor) foi de cerca de 180 biliões.

#### 4 - Preços

No seu “Boletim Económico”, nomeadamente nos seus últimos números, a ABP tem dado a conhecer o essencial da evolução dos preços no mercado internacional nos últimos tempos. Remetemos os leitores para essas análises e referimos aqui apenas a evolução do preço do petróleo por BTU (*British Thermal Unit*, uma unidade de medida do potencial energético de cada matéria prima) do petróleo bruto comparado com o do gás natural e do LNG.

Em 1990 o LNG no Japão custava 3,64 USD por milhão de BTUs, valor que passou para 4,72 USD em 2000 e 5,18 em 2004. O gás natural custava nos mesmos anos e nos Estados Unidos (Henry Hub), respectivamente, 1,70 USD, 4,23 USD e 5,85 USD. O petróleo bruto, por sua vez, custava (média dos países da OCDE) 3,82 USD, 4,83 e 6,27 USD.

Assim se confirma que, por unidade de calor produzida, o gás natural é mais barato que o petróleo bruto. Além de ser muito menos poluidor

Fonte: *BP Statistical Review of World Energy*, Junho 2005



Espelhos, Oecussi

## *A evolução recente da economia nacional*

### *Produção*

Nos relatórios anteriores, bem como em algumas edições do nosso “Boletim Económico” trimestral, chamámos a atenção para a dificuldade em acompanhar a evolução da produção nacional por não existir, de uma forma sistemática, o cálculo das chamadas “contas nacionais” de Timor-Leste por parte da Direcção Nacional de Estatística do Ministério do Plano e Finanças — apesar dos esforços que, sabemos, têm sido feitos para colmatar esta insuficiência do sistema estatístico nacional.

O que não tem sido feito por nós tem sido feito, porém, por entidades exteriores ao país, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o *Boston Institute for Developing Economies* (BIDE). Ora, nem sempre estas duas entidades têm estado de acordo quanto aos valores estimados para a produção nacional e, mais, os seus próprios cálculos têm sido objecto de revisões posteriores, tornando os números publicados num ano diferentes dos publicados posteriormente. A introdução de revisões dos valores das contas nacionais é, em si mesmo, um procedimento normal em situações como a do nosso país, em que as informações “de base” são relativamente precárias e, por isso, sujeitas a grandes correcções quando se dispõe de dados para o fazer. Foi o que aconteceu recentemente com a introdução de profundas revisões das estimativas anteriores sobre a produção nacional.

Comparem-se, por exemplo, os dados publicados pelo FMI aquando das suas análises da economia nacional ao abrigo do Artigo IV do seu Estatuto. Nas análises de 2004 e de 2005 a evolução da produção foi apresentada tal como no quadro abaixo:

	1999	2000	2001	2002	2003	2004e	2005p
FMI: Artº IV - 2004	-35	15,0	14,6	3,0	-2,7	1,0	--
FMI: Artº IV - 2005	--	15,4	16,6	-6,7	-6,2	1,8	2,5

Nota: os valores para 2004 e 2005 são estimativas e projecções

O que nos interessa aqui salientar é a grande divergência de valores nos anos 2002 e 2003 (principalmente no primeiro, o da independência e da saída de pessoal da ONU) entre os valores estimados inicialmente e os resultantes de revisão posterior — nomeadamente pelo BIDE e que foram usados pelo FMI como base da sua própria revisão das estimativas da evolução da produção.

Uma amplitude desta dimensão entre as estimativas anteriores e as posteriores não é vulgar, ainda por cima quando assinalam comportamentos da economia de sinal contrário (satisfatoriamente positivo em 2004 e muito negativo em 2005) . O enfatizar destas divergências, porém, deve ser entendido como mais uma forma de sublinhar a necessidade de, urgentemente, Timor-Leste começar a calcular, de forma regular, as referidas Contas Nacionais sob risco de as divergências entre as estimativas da evolução e a realidade se repercutirem na qualidade da política económica prosseguida e de ficar dependente de metodologias de cálculo que podem não ser as melhores — como, aparentemente, terá acontecido no passado recente e que ajudam a explicar aquelas diferenças nas estimativas.

O estudo do BIDE acima referido apresenta, por sua vez, os seguintes valores (quadro abaixo):

### PIB por origem industrial a preços constantes de 2000

(milhões de USD e % de variação)

Sector	2000	2001	2002	2003
<i>Em milhões de USD (os valores entre parênteses correspondem à estrutura de produção)</i>				
Agricultura	81,5 (20,7%)	88,6	93,9	93,5 (25,0%)
Indústrias extractivas	81,2 (20,6%)	54,2	51,0	54,4 (14,5%)
Indústrias transformadoras	8,7 (2,2%)	10,9	11,0	11,0 (2,9%)
Electricidade e água	2,6 (0,7%)	1,4	2,7	3,3 (0,9%)
Construção	43,3 (11,0%)	44,1	36,9	28,8 (7,7%)
Comércio, alojamento e restauração	24,7 (6,3%)	25,6	23,9	23,3 (6,2%)
Transportes e comunicações	22,9 (5,8%)	25,4	27,4	29,3 (7,8%)
Serviços financeiros, imobil. e empresariais	20,5 (5,2%)	24,1	24,8	24,5 (6,5%)
Outros serviços	108,2 (27,5%)	144,5	120,0	106,4 (28,4%)
<i>dos quais: ONU</i>	83,4 (21,2%)	91,5	60,3	38,6 (10,3%)
<b>PIB total</b>	<b>393,7 (100%)</b>	<b>418,8</b>	<b>391,7</b>	<b>374,4 (100%)</b>
<i>Idem sem ONU</i>	310,3	327,3	331,4	335,8
<i>% de variação em relação ao ano anterior</i>				
Agricultura		8,7	6,0	-0,4
Indústrias extractivas		-33,3	-5,9	6,7
Indústrias transformadoras		25	1,1	-0,4
Electricidade e água		-47,3	93,3	22,9
Construção		1,7	-16,2	-22,0
Comércio, alojamento e restauração		3,6	-6,6	-2,7
Transportes e comunicações		10,8	8,0	6,8
Serviços financeiros, imobil. e empresariais		17,7	2,9	-1,5
Outros serviços		33,6	-17,0	-11,4
<i>dos quais: ONU</i>		9,7	-34,1	-36,1
<b>PIB total</b>		<b>6,4</b>	<b>-6,5</b>	<b>-4,4</b>
<i>Idem sem ONU</i>		5,5	1,3	1,3

Fonte: Quadros 8 e 9 de DNE/MPF Contas Nacionais de Timor-Leste, 2000-2003, Março 2005

Como se pode verificar, há algumas diferenças entre as taxas de crescimento mencionadas neste quadro e as referidas nos documentos do FMI, diferenças essas que se radicam, em parte, em diferentes metodologias de cálculo. A diferença mais saliente é a relativa ao ano de 2001.

Ainda que sem grande significado prático por não ser possível separar os efeitos da presença da ONU entre nós como se fosse um elemento perfeitamente autónomo, é no entanto curioso salientar que as taxas de crescimento calculadas pelo BIDE, sem a ONU, seriam sempre positivas em todos os três anos apresentados. Repetimos, no entanto, que não se deve levar longe de mais o uso desta informação. Deve, no entanto, salientar-se que quer sob o ponto de vista da produção quer sob o ponto de vista do comércio internacional (a estudar adiante), só agora o nosso país começa a entrar numa certa “normalidade”, o que tornará sempre difíceis as comparações entre o período em que a ONU teve uma forte presença entre nós e os anos futuros. Temos de estar alerta para este facto pois a situação que se viveu até agora foi, de alguma forma, absolutamente “artificial”.

Esta informação sobre as Contas Nacionais e a evolução da produção pode ser complementada com outra obtida do Orçamento Geral do Estado e que nos fornece a estrutura da produção segundo a sua origem para o período de 2000 a 2003:

<b>Produção por sector de origem (milhões USD)</b>				
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Petróleo	77,5	50,4	47,8	51,9
<b>PIB não-petrolífero</b>	<b>316,2</b>	<b>368,4</b>	<b>343,9</b>	<b>322,5 (100%)</b>
Alimentação	68,6	76,0	73,9	68,9 (21%)
Governo	106,3	142,7	118,0	104,5 (32%)
<i>Nações Unidas</i>	83,4	91,5	60,3	38,6 (12%)
<i>Outro (Administração Pública, etc)</i>	22,9	51,1	57,7	65,9 (20%)
Sector privado	141,3	149,7	152	149,1 (46%)
<b>TOTAL</b>	<b>393,7</b>	<b>418,8</b>	<b>391,7</b>	<b>374,4</b>

Fonte: OGE 2005-06, quadro 3.1

Note-se que nos três últimos anos a produção petrolífera representou, em média, cerca de 14% da produção não-petrolífera. Esta situação alterou-se significativamente em 2004 com a entrada em funcionamento da área de exploração petrolífera de Bayu-Undan que, segundo o OGE, será o principal responsável por uma evolução em que se espera que o produto petrolífero seja, durante o ano fiscal (e não ano civil) de 2004-05, quase o dobro do PIB não-petrolífero devido, nomeadamente, ao grande aumento dos preços do petróleo (vd. outro local).

Note-se que devido à natureza da exploração petrolífera no Mar de Timor, as repercussões desta no produto não-petrolífero são mínimas, situação que poderá vir a alterar-se significativamente no futuro se, na sequência das negociações em curso, for possível instalar em território nacional as instalações fabris de apoio à exploração da zona petrolífera do *Greater Sunrise*.

Finalmente e aproveitando ainda as informações disponíveis no documento do OGE, refira-se que o Governo prevê para os anos fiscais de 2005-06 a 2008-09 as seguintes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero:

**Estimativas da taxa de crescimento médio anual do PIB não-petrolífero  
segundo o OGE 2005-06**

2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
6%	4%	4%	3%

Fonte: OGE 2005-06, quadro 3.3

Note-se, em primeiro lugar, a significativa diferença existente entre as taxas de crescimento do produto em 2005 estimadas pelo FMI e pelo Governo: 2,5% no primeiro caso e 6% no segundo. O facto de a do FMI se referir ao ano civil de 2005 e a do Governo ao ano fiscal 2005-06 é, certamente, parte da explicação para tal diferença de estimativas. Esta, no entanto, parece-nos demasiado ampla para ser justificada apenas por este facto. Infelizmente não existe informação disponível que nos permita determinar qual a mais realista já que se desconhecem os métodos de cálculo de ambas e os respectivos pressupostos. O futuro dirá.

Em segundo lugar, note-se que estas taxas, a verificarem-se, se vão repercutir num aumento relativamente reduzido do produto *per capita* devido à grande taxa de crescimento populacional do país (cerca de 3,9%/ano segundo as estatísticas mais recentes; o recentemente publicado *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005* atribui a Timor-Leste uma taxa de crescimento populacional de 4,9% para o período 2003-2015).

Daí a necessidade de se encontrarem mecanismos de aceleração do crescimento económico que permitam, de uma forma consistente, contribuir para a melhoria generalizada da situação económica e social da população e, nomeadamente, a redução do elevado nível de pobreza que se verifica entre nós na linha do alcançar das metas definidas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Esta evolução para taxas de crescimento da produção não-petrolífera mais elevadas torna-se tanto mais necessária quanto é certo que, a continuar a verificar-se, a nossa posição relativa face aos nossos parceiros do Sudeste Asiático — e, em geral, da Ásia Oriental — vai continuar a degradar-se. Confirme-se esta evolução com o quadro 1.2, onde se constata que as taxas de crescimento da produção em todos os países que dele constam — os principais da região — são superiores às taxas previstas para Timor-Leste.

Parece, pois, que há que fazer um esforço suplementar para alterar esta situação, o que exigirá actuações quer ao nível da “produção de bens e serviços” (aumentando-a) quer ao nível da “produção de pessoas” (diminuindo-a), ainda que esta só seja possível a mais longo prazo.

Quanto à primeira, a construção de infra-estruturas — estradas, novas e melhores escolas, hospitais, etc. — e uma atenção particular à melhoria do parque habitacional do país — nomeadamente nas suas 2-3 maiores cidades — são duas linhas de acção que parecem ser fundamentais e a que o governo estará atento. Notícias recentes sobre o estudo do re-ordenamento do território em Dili e Baucau podem ser sinal de que algo se prepara neste domínio, tão importante também pelos efeitos benéficos que não deixará de ter ao nível da saúde pública.

Regressando à análise das taxas de crescimento do produto tal como constam das contas nacionais divulgadas pelo FMI, note-se a significativa alteração da situação entre 2002 e 2003, por um lado, e 2004, por outro, com aqueles anos a registarem fortes taxas negativas (superiores a -6%) e este a registar um acréscimo de 1,8%. Este aumento terá ficado a dever-se principalmente à recuperação do sector agrícola depois de um período de seca e ao bom desempenho do sector bancário, nomeadamente ao aumento de cerca de 50% do crédito concedido e que se repercutiu favoravelmente na produção, particularmente do sector privado (ex.: construção).

## Preços

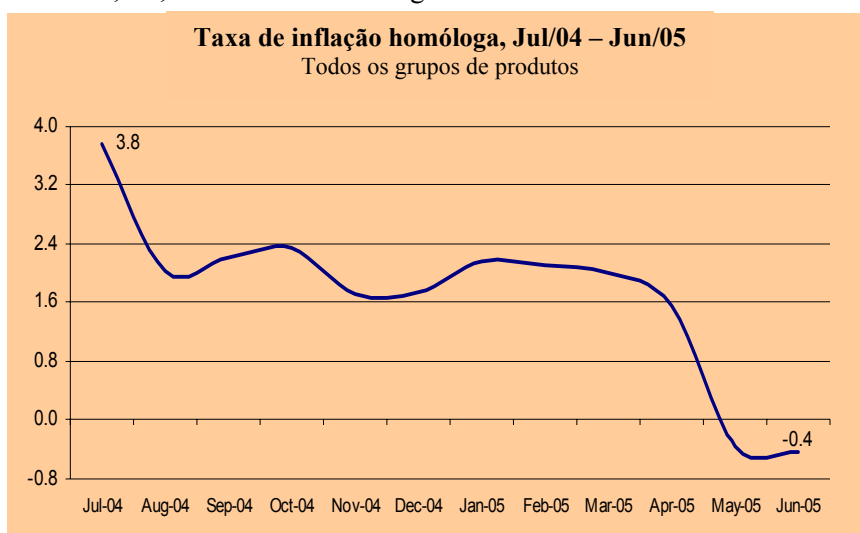
Durante o último ano fiscal a inflação tendeu a baixar, atingindo os -0,4% em Junho deste ano relativamente ao mês homólogo de 2004. No ano fiscal anterior ela tinha sido de 4,2%. Se tomarmos em consideração os anos civis — e, portanto, os valores em Dezembro de cada ano — e não os anos fiscais, a taxa de inflação de 2004 foi de 1,8%, abaixo dos 3% de algumas estimativas.

A diminuição da taxa de inflação deve-se principalmente à redução da taxa de variação dos preços em várias categorias de produtos, particularmente a alimentação, que tem um peso de 56,7% no cálculo do Índice de Preços no Consumidor. Este viu o seu valor baixar -3,9% nos doze meses terminados em Junho passado graças, entre outros factores, ao bom abastecimento dos

mercados resultante de uma produção que aumentou devido ao fim do período de maior seca e à melhoria dos mecanismos de transporte da produção.

A descida dos preços alimentares ficou a dever-se a uma queda de -6,2% dos preços dos “cereais, raízes e seus produtos” e de -14,1% nos “vegetais”. O primeiro grupo inclui o arroz, o principal cereal consumido nas zonas urbanas.

Outras categorias de produtos, no entanto, exerceram pressão no sentido da subida dos preços mas devido ao seu menor peso no IPC não afectaram significativamente a taxa de inflação. Foi o caso das categorias “bebidas e tabaco”, “habitação” e “transportes e comunicações”, cujos índices de preços aumentaram, respectivamente, 9,8%, 7,7% e 9,6%. Estas subidas ficaram a dever-se, nomeadamente, ao aumento dos custos de transporte em resultado do aumento dos preços do petróleo.



mercados resultante de uma produção que aumentou devido ao fim do período de maior seca e à melhoria dos mecanismos de transporte da produção.

A descida dos preços alimentares ficou a dever-se a uma queda de -6,2% dos preços dos “cereais, raízes e seus produtos” e de -14,1% nos “vegetais”. O primeiro grupo inclui o arroz, o principal cereal consumido nas zonas urbanas.

Outras categorias de produtos, no entanto, exerceram pressão no sentido da subida dos preços mas devido ao seu menor peso no IPC não afectaram significativamente a taxa de inflação. Foi o caso das categorias “bebidas e tabaco”, “habitação” e “transportes e comunicações”, cujos índices de preços aumentaram, respectivamente, 9,8%, 7,7% e 9,6%. Estas subidas ficaram a dever-se, nomeadamente, ao aumento dos custos de transporte em resultado do aumento dos preços do petróleo.

## Índice de preços no Consumidor, 2004-2005

(Dezembro 2001=100)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>2004</b>												
IPC	113.8	113.9	114.1	114.6	116.5	116.3	116.2	115.0	114.9	115.2	115.3	116.1
Taxa mensal	-0.2	0.1	0.2	0.4	1.7	-0.2	-0.1	-1.0	-0.1	0.3	0.0	0.7
Taxa homóloga *	4.2	4.1	2.8	4.0	5.9	4.2	3.8	2.0	2.2	2.3	1.7	1.8
<b>2005</b>												
IPC	116.3	116.3	116.4	116.4	116.1	115.8						
Taxa mensal	0.2	0.0	0.1	0.0	-0.3	-0.3						
Taxa homóloga *	2.2	2.1	2.0	1.6	-0.3	-0.4						

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Taxa anual de inflação

Ano Fiscal de 2004/05

NOTA: \* variação relativamente ao mesmo mês do ano anterior

Uma análise do comportamento das taxas mensais de variação do IPC durante os doze meses do ano fiscal de 2004-05 mostra uma tendência relativamente consistente à sua queda ou, no mínimo, uma sua estabilidade. Os maiores aumentos foram em Outubro e Dezembro do ano passado e as

maiores quedas em Maio e Junho deste ano de 2005. No total e como já referimos, verificou-se uma queda de -0,4% entre Junho de 2004 e Junho de 2005.

**Taxas homólogas de inflação de vários grupos de produtos (%)**

GRUPOS	Jun-03	Dez-03	Jun-04	Dez-04	Jun-05
Alimentação	8,1	14,0	7,8	2,5	-3,9
Bebidas e tabaco	20,4	32,8	-9,7	-12,7	9,8
Vestuário e calçado	13,6	26,0	1,7	3,5	0,8
Habituação	8,8	6,5	0,9	4,9	7,7
Despesas com a habitação	3,1	8,7	-3,3	-2,5	-1,6
Saúde	1,5	-1,5	4,1	3,6	8,2
Diversão e educação	3,4	1,7	-1,8	-1,2	-0,1
Transportes e comunicações	2,4	-1,9	2,3	6,9	9,6
<b>TOTAL</b>	<b>8,2</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>1,8</b>	<b>-0,4</b>

**Comércio internacional**

Até agora o principal e, virtualmente único, produto de exportação de Timor-Leste tem sido o café; ele é também o único produto para o qual são recolhidas informações estatísticas confiáveis. O país surge, assim, como um mono-exportador, neste caso de café — isto no caso de excluirmos as exportações de produtos petrolíferos intensificadas em meados de 2004.

O principal cliente do nosso café continuam a ser, segundo as estatísticas divulgadas pela Direcção Nacional de Estatísticas, os Estados Unidos da América:

Exportação de café por país de destino (ano fiscal 2004/05)		
País	Exportação (USD)	% do total exportado
Estados Unidos	3.815.213	58,7
Indonésia	973.801	15,0
Singapura	140.614	2,2
Portugal	588.041	9,0
Austrália	319.414	4,9
Alemanha	664.039	10,2
<b>Total</b>	<b>6.501.122</b>	<b>100,0</b>

**Evolução do preço internacional do arroz**

Segundo a FAO, a agência especializada da ONU para a alimentação e a agricultura (vd. FAO *Food Outlook*, Junho 2005), o preço internacional do arroz evoluiu como ilustrado no gráfico abaixo (ano de 2004 e primeiros meses de 2005). Como se pode verificar, houve uma subida acentuada do preço nos últimos meses de 2004; em 2005 os preços têm estado estáveis mas a um nível elevado.

As estimativas vão no sentido de se verificar uma baixa dos preços que já se estará a fazer sentido desde Março deste ano.

Para um país como Timor-Leste, que importa a grande maioria do arroz que consome, isto pode significar menor pressão para a subida dos preços do arroz no mercado nacional e, com ele, menor pressão sobre a taxa de inflação que poderá, pois, manter-se a um nível baixo, como aconteceu recentemente.

Aos 59% de produto (em valor) exportado para este país seguem-se 15% exportados para a Indonésia. O nosso terceiro cliente é a Alemanha, com 10% das nossas exportações, as quais atingiram um total de 6,5 milhões de USD no ano fiscal em análise.

O valor global da exportação parece estar mais ou menos estabilizado. Um seu aumento a curto-médio prazo só deverá resultar de dois factores: uma melhoria do preço no mercado internacional e uma melhoria da qualidade média do produto exportado. Os ganhos de produção parece estarem relativamente limitados no actual quadro de técnicas de produção utilizadas.

### Evolução do preço internacional do café

Em Março de 2005 o preço do café atingiu os 101,44 cêntimos de USD por libra de peso (1 lb = 453 gramas, pelo que 1kg = 2,2 lb; este valor do café corresponde a cerca de USD 2,25 por kg). Este preço significa um aumento de 67% relativamente ao valor pago pelo café um ano antes e é o resultado de alterações significativas nas condições de funcionamento do mercado internacional de café: redução da produção, aumento do consumo e queda dos stocks em armazém.

Durante o ano agrícola de 2005/06 (Out/05-Set/06) a produção deverá baixar relativamente ao ano agrícola anterior em cerca de 6% devido à queda da produção nos dois principais produtores: -18% no Brasil e -11% no Vietname. Isto tenderá a reflectir-se na continuação da subida dos preços do café no mercado internacional. Parece, pois e pelo menos por agora, ultrapassada a crise que há pouco tempo se traduziu na queda dos preços.

Quanto a este último aspecto, a alteração verificada na última remodelação governamental parece ser significativa quanto à direcção que se pretende trilhar ao criar uma Secretaria de Estado específica para tratar dos assuntos do café (e das florestas). Espera-se que esta nova estrutura possa actuar eficazmente no aumento da qualidade do café nacional,

actuando desde a produção até aos mercados de consumo, o que permitirá aumentar as receitas por quilo de café produzido e, com elas, aumentar os rendimentos dos camponeses.

Mas se o café é o único produto de exportação que se pode considerar verdadeiramente nacional a verdade é que o comércio externo de Timor-Leste é muito mais complexo.

Durante o ano de 2004 e primeiro semestre de 2005 o total do comércio internacional do nosso país foi como segue:

### TIMOR - LESTE: Estatísticas do comércio externo

Mês/Ano	Importações			Exportações			Saldo TOTAL	Saldo "comercial" (5) - (2)
	Comerciais (US\$000)	Não-comerciais (US\$000)	TOTAL (US\$000)	Exportações (US\$000)	Re-export (US\$000)	TOTAL (US\$000)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Janeiro/04	8.630	5.370	14.000	77	7.496	7.573	-6.427	-8.553
Fevereiro/04	7.902	3.548	11.450	1.036	2.254	3.290	-8.160	-6.866
Março/04	8.368	3.073	11.441	106	11.271	11.377	-64	-8.262
Abril/04	7.723	2.385	10.108	106	4.843	4.949	-5.159	-7.617
Mai/04	6.656	2.938	9.594	303	10.030	10.333	739	-6.353
Junho/04	8.122	1.956	10.078	323	52.694	53.017	42.939	-7.799
<b>1º Semestre</b>	<b>47.401</b>	<b>19.270</b>	<b>66.671</b>	<b>1.951</b>	<b>88.588</b>	<b>90.539</b>	<b>23.868</b>	<b>-45.450</b>
Julho/04	16.770	1.556	18.326	828	1.835	2.663	-15.663	-15.942
Agosto/04	9.943	1.751	11.694	1.093	1.241	2.334	-9.360	-8.850
Setembro/04	10.185	1.657	11.842	1.318	106	1.424	-10.418	-8.867
Outubro/04	8.900	6.075	14.975	973	4.869	5.842	-9.133	-7.927
Novembro/04	10.663	1.057	11.720	835	940	1.775	-9.945	-9.828
Dezembro/04	9.623	1.282	10.905	338	753	1.091	-9.814	-9.285
<b>2º Semestre</b>	<b>66.084</b>	<b>13.378</b>	<b>79.462</b>	<b>5.385</b>	<b>9.744</b>	<b>15.129</b>	<b>-64.333</b>	<b>-60.699</b>
<b>2004 (ANO)</b>	<b>113.485</b>	<b>32.648</b>	<b>146.133</b>	<b>7.336</b>	<b>98.332</b>	<b>105.668</b>	<b>-40.465</b>	<b>-106.149</b>
Janeiro/05	7.044	716	7.760	298	459	757	-7.003	-6.746
Fevereiro/05	8.190	1.045	9.235	1.280	7.255	8.535	-700	-6.910
Março/05	12.117	1.073	13.190	207	662	869	-12.321	-11.910
Abril/05	7.392	1.134	8.526	226	1.141	1.367	-7.159	-7.166
Mai/05	7.013	693	7.706	71	3.872	3.943	-3.763	-6.942
June/05	7.217	206	7.423	79	15.047	15.126	7.703	-7.138
<b>1º Semestre/05</b>	<b>48.973</b>	<b>4.867</b>	<b>53.840</b>	<b>2.161</b>	<b>28.436</b>	<b>30.597</b>	<b>-23.243</b>	<b>-46.812</b>

NOTAS: As importações "comerciais" de mercadorias excluem os valores dos bens importados para uso das Embaixadas estrangeiras e Altos Comissariados, bens importados para abastecimento de forças militares estrangeiras e bens importados pela UNMISSET. As importações de mercadorias feitas pelas organizações atrás indicadas são classificadas como "importações não comerciais"; exportações são bens que incluem pelo menos 50% de valor acrescentado nacional de Timor-Leste; as re-exportações são bens exportados que foram previamente importados para Timor-Leste e que incluem menos de 50% de valor acrescentado nacional

Do quadro acima conclui-se que a importações comerciais de Timor Leste conheceram um aumento de cerca de 3% entre o total do primeiro semestre de 2004 e o do primeiro semestre de 2005, o que pode ser um sinal, mesmo que um pouco ténue e insuficiente, de que se terá verificado uma melhoria do nível de actividade económica no nosso país.

De notar que as importações “não-comerciais” conheceram, como seria de esperar face ao progressivo “phasing out” da ONU, uma forte contracção entre os dois períodos referidos: de 19 milhões de USD no primeiro semestre de 2004 passaram a um pouco menos de 5 milhões no primeiro semestre de 2005.

Quanto às exportações comerciais — que se limitam ao café e pouco mais ---, elas passaram de 1,9 milhões USD no primeiro semestre de 2004 para 2,2 milhões em 2005. Note-se, porém, que as exportações deste produto são fortemente sazonais, concentrando-se principalmente no segundo semestre e não no primeiro.

Em resultado desta evolução verificou-se um grande défice na nossa balança (efectivamente) comercial externa (“exportações” – “importações comerciais” no quadro acima): cerca de 45,5 milhões USD no primeiro semestre de 2004 e 46,8 no semestre correspondente de 2005.

No total do ano de 2004 ela foi de 106 milhões de USD. O saldo do total das exportações e do total das importações foi, no entanto, muito menor (-40 milhões USD) devido ao grande volume de re-exportações que se verificaram sobretudo nos meses de Maio (10 milhões) e Junho (53 milhões USD) em resultado do final da presença de muito do pessoal da ONU.

Apesar daquele enorme défice “comercial” — as exportações comerciais de 2004 foram apenas 6,5% das importações “comerciais” — é curioso verificar-se que, graças ao grande aumento das receitas de petróleo, o total das disponibilidades líquidas sobre o exterior detidas por Timor-Leste no final do ano fiscal de 2004 (186,6 milhões USD) permitiram pagar 1,6 vezes as importações de 2004, isto é, quase 20 meses de importações. Se os cálculos forem repetidos com as disponibilidades líquidas de Junho de 2005 (355 milhões de USD) e a média mensal das importações comerciais do primeiro semestre de 2005 (8,15 milhões USD), então a “cobertura” passa a ser de 43,6 meses, quase três anos e meio.

Note-se que, tal como em muitas situações, esta realidade pode ser vista em (pelo menos) duas perspectivas semelhantes às do “copo meio cheio” para uns, ou “meio vazio”, para outros: uma diz-nos que estamos numa situação financeira muito confortável e quase inigualada no mundo...

A outra diz-nos que este proporção só acontece porque as importações são mais baixas do que seriam se nosso nível de desenvolvimento fosse maior e se se tivesse um crescimento económico mais rápido. Neste caso as importações seriam maiores porque incluiriam, certamente, uma importante componente de importação de equipamentos, mais caros que os bens de consumo, e que permitiram acelerar o crescimento e, eventualmente, as exportações. É provável que venha a ser esta a evolução futura.

#### *Tipos de produtos do comércio internacional*

Já referimos que o (quase) único produto de exportação do nosso país e como tal contabilizado pelas estatísticas respectivas é o café. Há, no entanto, muitos outros produtos que deixam o nosso país: são, quase integralmente, produtos que são repatriados pela ONU — UNMISSET, incluindo as suas componentes civil e militar — e outros agentes internacionais quer para os seus próprios armazéns quer para os dos países que apoiaram as forças militares no terreno. São estes bens que

constituem as re-exportações identificadas nas estatísticas do comércio internacional do nosso país e que, aquando da sua entrada no país, foram classificados como importações.

Quanto às importações, os principais grupos de produtos foram os seguintes (vd quadro abaixo):

Grupos de bens importados	1º semestre 2004		Ano fiscal 2004/05	
	Milhões USD	%	Milhões USD	%
27 Petróleo e derivados	12,3	17,4	39.6	33.9
87 Veículos	11,5	16,2	12.7	10.9
85 Aparelhos eléctricos e suas partes	6,3	8,9	10.4	8.9
10 Cereais (incluindo arroz)	4,8	6,8	6.2	5.3
84 Máquinas mecânicas	3,7	5,2	5.3	4.5
30 Produtos farmacêuticos			3.2	2.7
19 Preparados de cereais, etc			2.3	2.0
<b>TOTAL</b>			<b>79.7</b>	<b>68.3</b>

Nota: os valores são a soma do valores CIF (antes de impostos e taxas) , taxas pagas e valor dos produtos isentos

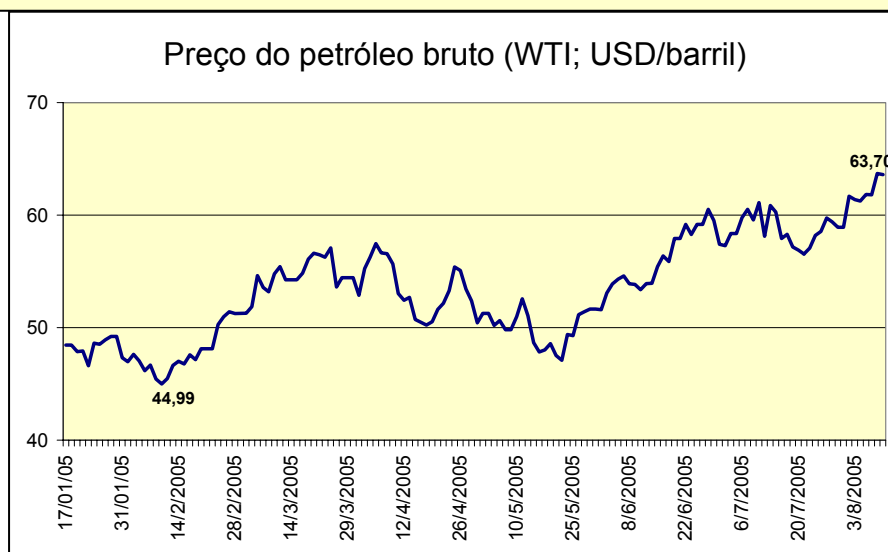
### Evolução do preço internacional do petróleo

Vários factores têm concorrido ao longo dos últimos meses para a subida significativa que se tem verificado no preço do petróleo bruto.

Eles vão desde o mau tempo (que afectou, por diversas vezes, a produção no Golfo do México) aos receios quanto ao efeito da agitação social e política na Nigéria, dos problemas com a produção e exportação no Iraque às dificuldades de produção na ex-União Soviética, do aumento da procura nos países ocidentais até ao grande aumento da procura (e aquisição no mercado internacional) de petróleo pela China na sequência do seu rápido crescimento económico dos últimos anos (cerca de 8-9%/ano).

Outra faceta desta moeda --- o aumento do preço do petróleo --- é a dificuldade de expansão da oferta de produto --- quer em bruto quer, principalmente, refinado --- que resulta, em boa parte dos fracos investimentos que foram feitos na área da refinação há alguns atrás, quando os preços do “crude” estavam muito abaixo dos actuais, situando-se no final de 2001 num valor tão baixo como cerca de 17 USD/barril (há menos de 4 anos, tendo quase quadruplicado desde então!...).

Em meados de 2004 o preço era de cerca de 37 USD/barril e no início deste ano situavam-se nos cerca de 45-47 USD/barril, tendo subido cerca de 40% desde então. Estes aumentos não podem deixar de se reflectir no preço pago pelo consumidor final --- nomeadamente os automobilistas --- e, por isso, na taxa de inflação.



## Planeando a gestão do Fundo Petrolífero de Timor-Leste

A ideia de criar um Fundo Petrolífero para gerir a riqueza petrolífera do país em benefício das gerações presentes e futuras é bem anterior à independência plena alcançada em 2002. O Regulamento da ABP (2001) e a Constituição da república (2002) previam ambas a sua criação. Todos os *royalties* recebidos desde 1999 foram postos de parte numa conta detida pela ABP conhecida como “Conta do *Timor Gap*”. Ela foi criada como o embrião do futuro Fundo Petrolífero e o seu saldo foi aumentando até atingir mais de 70 milhões USD no final de Junho/2005, época em que foi encerrada para constituir o capital inicial do Fundo Petrolífero.

Em 2004 o Governo da RDTL lançou uma iniciativa no sentido de dar a este Fundo a respectiva base legal. Foi assim que foi elaborada uma proposta de Lei que foi depois discutida durante um processo de consultas públicas e de apresentação de sugestões desde o final de 2004 e que culminou com a aprovação da versão definitiva da mesma, pelo Parlamento Nacional, em Junho de 2005.

Embora todo o processo tivesse sido conduzido pelo Ministério do Plano e Finanças, a ABP foi envolvida, desde o início, no processo de elaboração da Lei. Esta atribui ao Ministro do Plano e Finanças a responsabilidade superior pela gestão do Fundo mas designa a ABP como a entidade responsável pela gestão operacional do Fundo.

A relação entre o Ministério e a ABP é regulada por um acordo de gestão que estabelece a forma como a forma pela qual a ABP deve implementar as orientações sobre a gestão dos activos do Fundo.

A ABP tem as seguintes responsabilidades fundamentais em relação ao Fundo:

- Investir os activos de com o mandato para tal recebido do Ministro do Plano e Finanças. O mandato inicial vai no sentido de gerir o Fundo de modo a que a sua rentabilidade seja comparável com um índice internacional graças ao investimento exclusivamente em títulos do Tesouro dos Estados Unidos com uma maturidade de até cinco anos;
- Receber todas as entradas de novos capitais do Fundo e todos os rendimentos dos investimentos numa conta especialmente aberta e usada apenas para esse efeito. Esta conta foi já aberta em nome da ABP junto do Federal Reserve Bank of New York;
- Manter os livros de contabilização dos recursos do Fundo em nome do Tesouro nacional. Embora os activos estejam em nome da ABP, a sua contabilização consta de livros totalmente independentes dos utilizados nas actividades correntes da Autoridade;
- Designar correspondentes, *dealers*, *brokers* e entidades de custódia dos valores bem como outros intermediários financeiros. No período inicial do Fundo, a ABP estabeleceu os acordos necessários para que as transacções de mercado e as funções de custódia dos valores sejam asseguradas pelo Federal Reserve Bank of New York;
- Designar gestores externos dos activos do Fundo. No período inicial os recursos do Fundo estão a ser geridos pela própria ABP a fim de esta adquirir a experiência necessária para designar e supervisionar as actividades dos gestores externos de natureza comercial;
- Apresentar relatórios de gestão ao Ministro do Plano e Finanças e ao público em geral. A Lei do Fundo Petrolífero define a obrigatoriedade de apresentar relatórios trimestrais e com um elevado grau de transparência.
- Manter o Secretariado do Comité Consultivo de Investimentos. Este Secretariado é responsável pelos aspectos organizativos do funcionamento do CCI bem como pela coordenação das actividades de aconselhamento realizadas pelo referido Comité.

De modo a assegurar as suas responsabilidades operacionais, a ABP criou um Departamento autónomo para a gestão do Fundo Petrolífero chefiado por um Director Executivo. O novo Departamento está a desempenhar as funções de *front* e *middle office* relacionadas com a gestão do Fundo. As funções de *back office*, no entanto, são desempenhadas pelas estruturas da ABP já existentes. As responsabilidades de Secretariado do CCI serão desempenhadas pelo pessoal da Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas da Autoridade sob a direcção do Director-Geral desta.

A extensão do mandato de investimento da ABP pelo Ministro (e, conseqüentemente, os rendimentos susceptíveis de serem obtidos) dependerão do ritmo de desenvolvimento das capacidades de própria ABP. Há ainda, neste momento, um grande espaço e necessidade de acções de formação do nosso capital humano e esta será uma das prioridades principais da direcção da Autoridade.

A gestão operacional do Fundo exigiu também a introdução de novos sistemas e infraestruturas técnicas de gestão. Algumas delas são as relativas às informações sobre a evolução dos mercados (Bloomberg) e à realização de pagamentos, nomeadamente internacionais (SWIFT), que estão em processo de aquisição. O mesmo aconteceu com um novo sistema de contabilidade apropriado. Foi igualmente estabelecido um acordo com a Timor Telecom para fornecimentos de facilidades especiais de telecomunicações dedicadas às necessidades do Fundo. Está também a ser desenvolvido um sistema de protecção de dados contra desastres naturais ou outros.

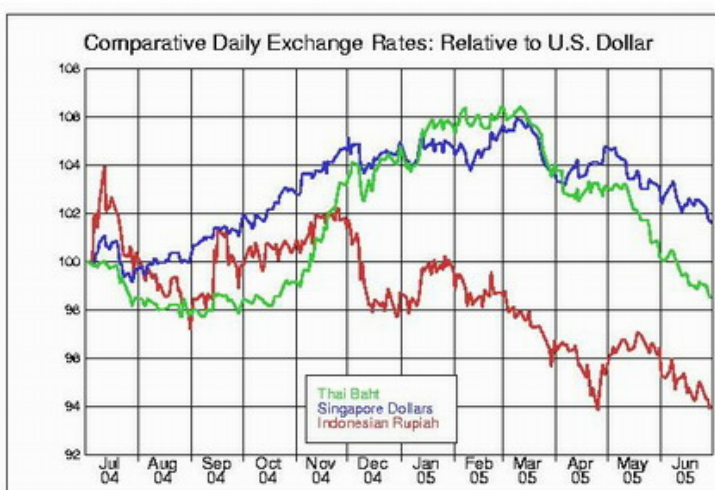
Enfim, todas estas iniciativas estabelecem as condições necessárias ao início do funcionamento operacional das actividades de gestão do Fundo Petrolífero e são as bases sobre as quais assentarão futuros desenvolvimentos das nossas capacidades de gestão do mesmo.

### Taxas de câmbio

Continuando um movimento que já data de meados de 2001, o USD continuou a desvalorizar-se face às principais moedas (Euro e Yen) ao longo do primeiro semestre ano fiscal de 2004-05. No entanto, na segunda metade do período verificou-se alguma recuperação do USD, menos intensa no caso do dólar australiano, que se manteve forte. Assim, o Euro e o Yen terminaram o ano fiscal numa posição face ao USD relativamente semelhante à que tinham no início do período (cada dólar sendo trocado por cerca de 0,82 cêntimos do Euro).

O mesmo aconteceu em relação a várias moedas asiáticas, com excepção da rupia indonésia, que conheceu alguma desvalorização face ao USD ao longo de quase todo o período. Esta foi a forma encontrada pelas autoridades indonésias para tentarem defender a competitividade da economia do país face ao exterior perante uma taxa de inflação mais alta que a dos outros países da região e dos Estados Unidos.

Note-se que este comportamento da rupia estará a contribuir para uma baixa taxa de inflação em Timor-Leste pois cerca de metade das nossas importações vêm deste país



Fonte: Pacific Exchange Rate Service, in <http://fx.sauder.ubc.ca/>

Taxas de câmbio		
<i>Início e fim do ano fiscal 2004-2005</i>		
	01/07/04	30/06/05
Yen (JPY/USD)	108,85	110,58
Dollar Singapura (SGD/USD)	1,7184	1,6864
Rupia Indonésia (IDR/USD)	9411,4	9715,5
Euro (USD/Euro)	1,219	1,206
Dollar Austrália (USD/AUD)	0,699	0,761

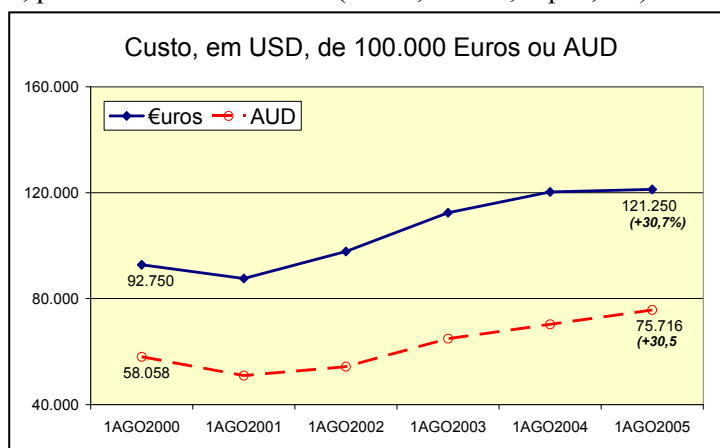
Fonte: OANDA ([www.oanda.com](http://www.oanda.com))

Taxas mais alta e mais baixa no período				
	valor mais baixo do USD		Valor mais alto do USD	
	valor	data	valor	data
Yen (JPY/USD)	102,02	17/01/05	112,2	30/07/04
Dollar Singapura (SGD/USD)	1,6199	11/03/05	1,7285	29/07/04
Rupia Indonésia (IDR/USD)	8811,7	13/07/04	9715,5	30/06/05
Euro (USD/Euro)	1,203	30/07/04	1,364	31/12/04
Dollar Austrália (USD/AUD)	0,688	10/09/04	0,794	17/03/05

A evolução da taxa de câmbio do USD face às principais moedas fica a dever-se à manutenção da preocupação dos mercados face ao comportamento dos défices público e externo dos Estados Unidos e que têm tendência a manterem-se ou agravarem-se devido, nomeadamente, ao forte

consumo privado (e público) norte-americano. Este só é possível, em parte, devido ao financiamento da economia americana por outros países, particularmente asiáticos (China, Coreia, Japão, etc).

Para termos uma ideia mais precisa da evolução da cotação do USD desde que foi adoptado pela ONU (2000) como moeda oficial de Timor-Leste veja-se o seguinte gráfico. Ele dá-nos uma imagem de quanto custaria ao nosso país, em USD, comprar equipamentos de um valor de 100 mil Euros, na Europa, ou no valor de 100 mil AUD, na Austrália, ao longo dos últimos anos (1 de Agosto; vd [www.oanda.com](http://www.oanda.com)).



Do gráfico se conclui que entre o início e o fim do período Timor-Leste viu os custos em moeda nacional (USD) dos referidos equipamentos aumentarem 30% — apesar de no país de origem o seu custo não ter aumentado. Isto é, *em termos reais* — medidos, por exemplo, não em USD mas em geradores de electricidade para as zonas rurais — o país estava agora mais pobre.

Uma outra forma de chegar a conclusão semelhante é constatar que, com cem mil USD, o nosso país podia comprar, em 1/Ago/2000, bens europeus no valor de 107.817 €; actualmente só pode comprar 82.474 € de bens e serviços *made in Europe*. I.e., quase menos ¼ que anteriormente. A perda de poder de compra de serviços oriundos da Austrália é aproximadamente a mesma.

Em relação à Indonésia, pelo contrário e devido à evolução do câmbio da rupia em relação ao USD, a moeda nacional valorizou-se: a compra de um milhão de rupias em bens e serviços custava 111,73 USD em Agosto de 2000 e 101,90 USD em 1/Agosto passado, uma valorização de 10%.

### Finanças Públicas

O principal documento disponível para a análise das finanças públicas é o Orçamento Geral do Estado publicado anualmente. O documento mais recente disponível é o *Orçamento Geral do Estado de 2005-2006* aprovado pelo Governo e publicado em Julho passado (com dados de 2004-05).

O quadro abaixo mostra, para o Orçamento Combinado de Timor-Leste — excluídas as receitas do petróleo ---, as estimativas relativamente às despesas públicas, às receitas do Estado e às fontes de financiamento das primeiras. Note-se que nele são fornecidas informações sobre o ano fiscal passado e em relação ao orçamentado para o presente ano fiscal. Apresentam-se as estimativas até 2008-09.

#### ORÇAMENTO COMBINADO (ESTADO E PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO) ATÉ 2008-09

	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	4 anos
<b>Total das necessidades financeiras segundo os PIS</b>	<b>197 (100%)</b>	<b>234 (100%)</b>	<b>259 (100%)</b>	<b>262 (100%)</b>	<b>233 (100%)</b>	<b>988 (100%)</b>
Orçamento G. Estado	87 (44%)	122 (52%)	120 (46%)	127 (48%)	125 (54%)	494 (50%)
Compromissos necessários dos Parceiros de desenvolvimento	110 (56%)	112 (48%)	139 (54%)	135 (52%)	108 (46%)	494 (50%)
<b>Total das decisões já tomadas</b>	<b>197</b>	<b>180</b>	<b>152</b>	<b>141</b>	<b>132</b>	<b>604</b>
Orçamento G. Estado	87	122	120	127	125	484
Parceiros de desenvolvimento	110	58	32	14	6	109
Necessidades de novos compromissos dos parceiros	2	54	107	121	102	385

Fonte: Quadro 1.1 – Orçamento das Fontes Combinadas e Financiamento Necessário (milhões USD) in *General Budget of the State 2005-06 - Budget Paper No 1*; Ministério do Plano e Finanças da RDTL, Agosto 2005

Este quadro mostra que em 2004-05 as despesas que estiveram inscritas no OGE corresponderam a 44% das despesas totais previstas, com os “parceiros de desenvolvimento” a assegurar os restantes 56% de um total de quase 200 milhões USD.

Quanto ao futuro imediato, as despesas que vão ser asseguradas pelo Estado passam a representar 52% do total previsto, um aumento que se insere numa tendência de médio prazo (até 2008-09) que prevê a partilha, em partes iguais, entre o Estado timorense e os seus “parceiros” das despesas a financiar pelo sector estatal da economia.

Isto significa que o país necessita ainda do apoio significativo da comunidade internacional e que se espera que esta, nesta fase fundamental de consolidação do nosso desenvolvimento, continue a ser tão generosa connosco como até agora. Se não se der essa ajuda tudo se tornará muito mais difícil.

No quadro acima, repare-se que depois de um aumento significativo entre 2004-05 e 2005-06, as despesas anuais do Estado praticamente estagnam nos cerca de 120-125 milhões de USD a partir deste ano fiscal. A opção estará relacionada com a necessidade de testar a capacidade de execução de (novos) projectos de desenvolvimento pelo Aparelho de Estado — que se tem revelado inferior ao desejável e incapaz de executar a totalidade dos Orçamentos até agora aprovados — antes de dar um novo salto quantitativo nas despesas públicas bem como, naturalmente, com limitações quanto à capacidade de financiamento.

Mais se note que, no que toca ao Orçamento Geral do Estado e seu financiamento, este aparece sistematicamente equilibrado, com as despesas iguais ao financiamento requerido — graças aos recursos a retirar do Fundo Petrolífero de acordo com a respectiva Lei e as autorizações do Parlamento Nacional. Assim sendo, a origem das necessidades de financiamento são os programas a financiar pelos parceiros de desenvolvimento e que estão longe de estarem assegurados — apenas 22% dos mesmos, nos 4 anos, o estão. É uma situação natural — os países não gostam/não podem assumir compromissos a prazo tão longo — mas que nos deve deixar alerta já que alguns tenderão a argumentar que não se justifica aumentar essas contribuições por termos acesso aos recursos do petróleo e uma capacidade de endividamento externo ainda não utilizada.

A sustentabilidade do Fundo Petrolífero que referimos acima implica que, segundo os estudos feitos, seja possível retirar das receitas do Mar de Timor para fazer face às despesas previstas no Orçamento Geral do Estado, importâncias que variam entre os 57 milhões USD em 2006-07 e os 73 milhões de 2005-06.

#### Finanças do Fundo Petrolífero, 2005-06 até 2008-09 (milhões USD)

	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
Saldo (início do ano fiscal)	63	108	235	352
+ Rendimento do petróleo	41	177	168	199
<b>- Retiradas</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>64</b>	<b>68</b>
+ Juros	5	9	13	19
<b>= Saldo (fim do ano fiscal)</b>	<b>108</b>	<b>235</b>	<b>352</b>	<b>503</b>

Fonte: Quadro 1.2 do documento referenciado no quadro anterior

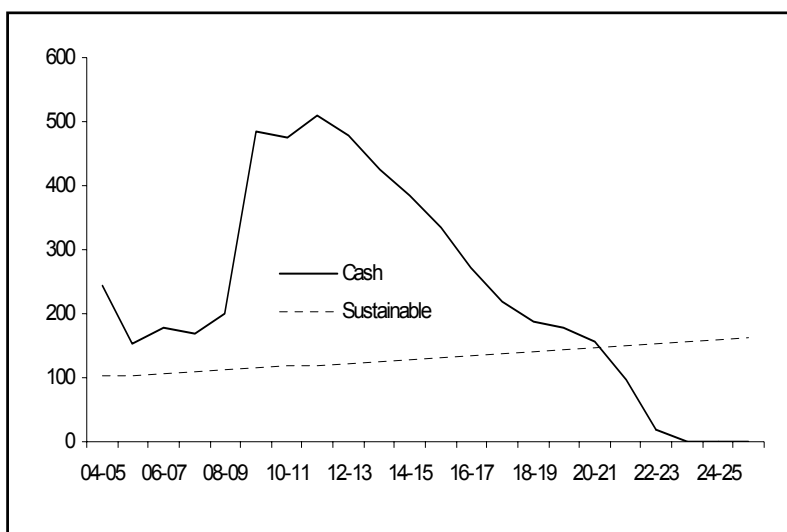
Note-se que até 2008-09 poderão ser retirados das receitas do Mar de Timor 191 milhões de USD para financiar o Orçamento Geral do Estado. Mesmo com essas retiradas e a serem correctas as estimativas quanto às receitas, o Fundo Petrolífero poderá chegar ao final do ano fiscal 2008-09 com um valor acumulado de cerca de 500 milhões USD.

Os valores apresentados como juros estarão incorrectos e serão, certamente, objecto de revisão numa próxima revisão do OGE já que não parecem realistas face à rentabilidade de fundos como o FP.

Ainda relativamente ao FP saliente-se que as verbas constantes do quadro acima significam que, devido a atrasos na aprovação da legislação apropriada, as receitas serão constituídas apenas pelos *royalties* devidos já que os impostos a pagar entrarão directamente como receitas fiscais do Estado e não como receitas do referido Fundo petrolífero, o que não acontecerá no próximo ano e que justifica o grande “salto” nas receitas do FP previstas para 2006-07.

No triénio 2006-07 até 2008-09 prevê-se que será necessário retirar das receitas do Mar de Timor cerca de 35% do seu total. A tendência para o futuro depende da evolução dos preços internacionais do petróleo e da evolução da quantidade de petróleo e gás extraídos de Bayu-Undan e, claro, das decisões a tomar quanto às despesas públicas.

Os dois primeiros são os principais determinantes das receitas totais a receber desse campo de exploração petrolífero. O perfil destas pode ser visto no gráfico ao lado, onde se salienta que se espera que haja uma subida significativa das receitas entre 2008-09 e 2010-11 e que estas comecem depois a diminuir gradualmente até ao final da exploração, cerca de 2025.



O gráfico assinala também o comportamento do rendimento que pode vir a ser retirado das receitas do Fundo sem comprometer a sua capacidade de vir a beneficiar, como se pretende, as gerações futuras.

Regressando à análise do Orçamento Geral do Estado, vejam-se abaixo os valores para o ano fiscal de 2004-05 a que se refere, em especial, este Relatório e os dados para o período 2005-06, sendo os dos anos posteriores ao actual ano fiscal meras previsões.

**Orçamento Geral do Estado, 2004-05 e 2005-6 a 2008-09 (milhões USD)**

	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
<b>Rendimento TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>205</b>	<b>235</b>	<b>232</b>	<b>263</b>
Doméstico	33	36	39	41	44
Impostos	27	27	28	29	30
Outros	6	9	11	12	13
Petróleo	243	159	186	181	219
Imposto	194	112	135	127	113
<i>Royalties</i> e juros	49	41	42	41	85
Outros rendimentos	0	6	9	13	19
Apoio directo dos doadores ao Orçamento	31	10	11	11	1
<b>Despesa TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>112</b>	<b>109</b>	<b>115</b>	<b>112</b>
Salários	28	29	31	32	33
Bens e serviços	34	47	48	47	48
Subsídios	5	4	4	6	5
Capital menor	2	6	4	4	4
Grandes investimentos do Estado	9	24	19	24	18
Grandes investimentos subsidiados pelo Estado	--	2	2	3	3
<b>SALDO orçamental geral</b>	<b>228</b>	<b>93</b>	<b>126</b>	<b>118</b>	<b>150</b>

No quadro há alguns aspectos que vale a pena sublinhar. O primeiro diz respeito ao facto de as receitas domésticas em impostos terem um crescimento relativamente lento, denotando quer o lento crescimento económico previsto quer uma preocupação em não agravar significativamente a carga fiscal sobre as empresas e os indivíduos. O futuro dirá se esta política é aconselhável e sustentável.

Outro aspecto a salientar é a significativa descida do apoio directo ao OGE a prestar pelos parceiros de desenvolvimento que, no entanto, se considera serem essenciais para o financiamento dos planos de investimento sectoriais.

De notar ainda a grande estabilidade dos gastos em salários, denunciando uma política cuidadosa de revisão salarial — que não se antevê para breve — e de novas contratações para a Administração Pública. Não será, pois, pelo lado do emprego no sector público que o problema do desemprego será resolvido, antevendo-se que ele continue a ser um dos problemas fundamentais — para alguns, “o” problema — da evolução económica e social do país no curto-médio.

Já os gastos correntes vão aumentar significativamente e numa proporção que pode parecer exagerada mas que se justificará se se consubstanciar numa melhoria significativa, tão necessária, da qualidade e quantidade dos serviços prestados pela Administração Pública, nomeadamente numa substituição progressiva dos que são prestados por alguns dos doadores mas também (e principalmente?) num esforço para melhorar o bem estar da população.

Por fim — *last, not least* ---, note-se o significativo aumento nas despesas com grandes investimentos do Estado e que consubstancia a orientação de desenvolver, prioritariamente e nos próximos anos, as infra-estruturas do país (estradas, produção de energia, portos, serviços de prestação de serviços de educação e saúde à comunidade, etc.). Os maiores desafios neste domínio são o aumento da capacidade de execução de projectos *por, com e para* os timorenses e o aproveitamento desta dinâmica para apoiar o desenvolvimento o sector privado nacional — mesmo que em parceria com empresas estrangeiras.

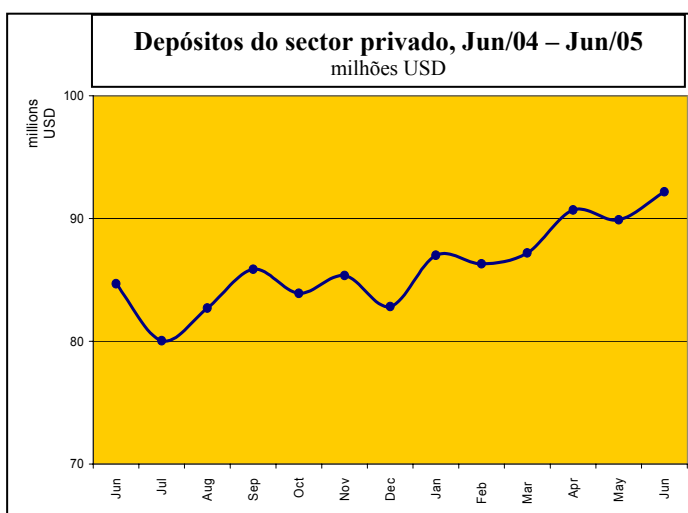
### ***Moeda, crédito e taxas de juro***

Um dos aspectos fundamentais da situação económica de uma economia é a sua situação monetária e cambial. Este ponto debruça-se sobre estes aspectos.

Uma peça importante da análise desta situação são as estatísticas monetárias, editadas em Timor Leste pela Autoridade Bancária e de Pagamentos.

Nela se referem normalmente vários agregados fundamentais para o estudo de uma economia. É o caso, por exemplo, da oferta monetária (que os economistas costumam designar, conforme os elementos que a compõem, por M1 ou M2, por exemplo).

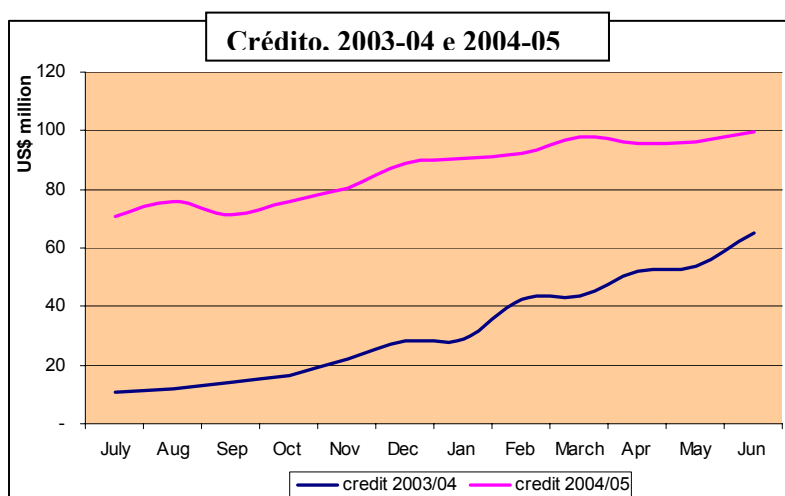
No nosso país, porém, é muito difícil determinar com rigor este agregado por adoptarmos como moeda nacional a de outro país e não haver controlos significativos sobre as entradas e saídas de



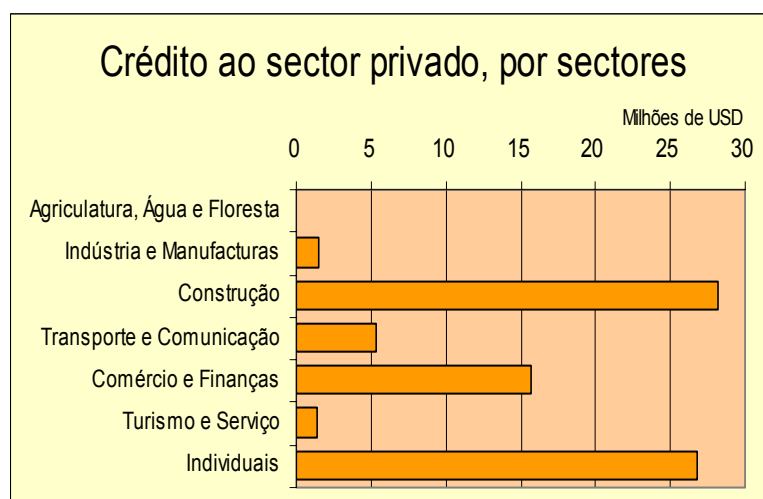
dinheiro e a disponibilidade de moeda pelo público. Não sendo possível calcular o seu montante também não é possível calcular a sua taxa de variação, uma das informações fundamentais.

Mas as estatísticas monetárias, que são divulgadas neste Relatório relativamente ao ano fiscal em análise e trimestralmente no nosso “Boletim Económico”, dão-nos outras informações importantes. Uma delas é o montante de depósitos dos particulares (pessoas e empresas) junto da banca comercial; eles aumentaram de cerca de 84 milhões USD em Jun/04 até cerca de 92 milhões em Jun/05, o que constitui um aumento significativo (+9%) se tomarmos em consideração que a taxa de crescimento económico terá sido apenas de cerca de 1,8-2% . Apesar de se tratar de um aumento muito menor que no ano fiscal precedente, estamos perante a evidência da crescente utilização do sistema bancário timorense, o que é um sinal de confiança no mesmo.

No mesmo sentido vão os números relativos ao aumento do crédito bancário. Apesar de ter crescido a um ritmo mais lento que no ano anterior, este continuou a subir significativamente: de 65 milhões USD em Julho/2004 para 100 milhões em Junho/2005. O valor em Julho/2003 tinha sido de 10 milhões USD.



Quanto aos principais sectores beneficiados por este aumento do crédito foram a construção (principalmente a reabilitação de casas e seu recheio mas também construção de novas habitações), com um total de 28 milhões USD, o que representou um aumento de 30% em relação ao período anterior. Seguiram-se, em montante, os empréstimos ao comércio (apoio a supermercados e *kiosks*) e aos transportes públicos de pequena e média dimensão (*mikroletes*, taxis, etc.).



Tal como já salientado no Relatório anterior, são de notar os baixos valores relativos aos empréstimos aos sectores de produção industrial, que tem origem e gera a fraqueza da produção industrial no nosso país apesar de haver espaço para tal. Espera-se que a aprovação de legislação apropriada relativamente ao investimento nacional e ao investimento estrangeiro permita alterar esta situação — quanto mais depressa melhor.

A taxa de cumprimento dos empréstimos tem sido tradicionalmente elevada (cerca de 98%) mas o grande alargamento do crédito e as dificuldades da economia levaram a que a taxa de incumprimento tivesse subido para os cerca de 6,8% em Março/2005.

Correspondendo ao crescimento nos depósitos e nos empréstimos bancários, o rácio entre ambos os agregados (rácio depósitos/empréstimos) caiu de 6,7 em Junho 2003 para 1,1 em 2004 e 0,9 agora (Junho/2005). É outro indicador da crescente utilização do sistema financeiro do país e da confiança do público no seu sistema bancário — a que não é estranha a actividade da ABP como entidade de vigilância da saúde do sistema financeiro do país.

No final do ano fiscal de 2004/05 a composição dos activos externos líquidos quanto aos seus detentores era a seguinte: 352,5 milhões USD da ABP e 2,8 milhões dos bancos comerciais. Estes últimos — ou, pelo menos, parte deles — têm adoptado cada vez mais uma política de aumento das suas aplicações (nomeadamente em empréstimos) no país em vez de deterem activos no exterior.

Quanto à evolução do seu volume global, estes aumentaram de cerca de 122 milhões USD em Junho/2004 até aos 355 milhões de Junho/2005, o que representa um aumento de cerca de 190% devido ao aumento das receitas provenientes do Mar de Timor, a maior parte dos quais estão aplicados em Títulos do Tesouro dos Estados Unidos — o que faz deste país um devedor (em pequeníssima escala) de Timor-Leste, tal como o é de muitos outros países, nomeadamente asiáticos (China, Japão, Coreia, Taiwan).

De notar que esta opção de investimento é resultante quer da legislação existente quer, principalmente, de opções de gestão e de política económica devido ao facto de não haver no nosso país condições de aplicação dos recursos tão vultuosos com uma rentabilidade semelhante ao actualmente recebido e com a mesma segurança. *Last, not least*, o investimento de verbas tão importantes no nosso país provocaria, necessariamente, uma subida significativa dos preços, i.e., inflação.

Quanto às **taxas de juro** praticadas no país, elas têm, de uma forma geral, sofrido apenas alterações pouco significativas desde o início da actividade dos vários bancos comerciais. Tudo se passa quase como se, neste domínio, as alterações que se têm verificado nos mercados internacionais — nomeadamente nos Estados Unidos, onde tem havido uma subida nítida das taxas de juro — se reflectissem muito pouco na evolução das taxas de juro praticadas no mercado nacional.

Esta estabilidade notou-se, nomeadamente, durante o último ano fiscal, com a maioria das taxas a manterem-se inalteradas. Note-se, por exemplo, que são usuais taxas nominais passivas de 1% (USD a 3 meses) e de 1,25% (USD a 12 meses) e uma taxa nominal activa, para empréstimos a 12 meses, de 13%. O significativo (em termos internacionais) diferencial entre as taxas activas e passivas, que se verifica na maioria dos bancos do sistema bancário, deve-se principalmente ao risco de concessão de crédito em circunstâncias semelhantes às de Timor-Leste



# **Estatísticas Monetárias de Timor-Leste**

## **Ano Fiscal 2004-05**





*Pormenor de 'tais'*

## **2 – ACTIVIDADE DA ABP EM 2004/05**

### ***2.1 – Resumo introdutório***

O ano de 2004/05 a ABP foi o primeiro durante o qual a ABO foi, pela primeira vez, gerida por cidadãos timorenses.

Além disso, durante esse período beneficiámos da visita de várias missões de especialistas internacionais.

O apoio recebido dos nossos parceiros de desenvolvimento é aqui explicitamente reconhecido e agradecido.

O Banco de Portugal forneceu-nos um conjunto diversificado de acções de formação para os funcionários da ABP bem como a presença, durante um ano, de um conselheiro económico.

O Fundo Monetário Internacional continuou a fornecer-nos um apoio técnico considerável em várias das áreas críticas da nossa actividade como sejam a gestão de reservas, supervisão bancária e de seguros, sistema de pagamentos, lavagem de dinheiro e outras. Este programa de aconselhamento foi apoiado quer em técnicos por residentes quer em técnicos visitantes que contribuíram significativamente para a melhoria da nossa actividade em inúmeras áreas críticas. Timor-Leste foi uma dos principais receptores de assistência técnica do FMI nos últimos anos o que demonstra a atenção que a actividade da ABP tem merecido daquela instituição.

Outros bancos centrais, como o Bank Negara Malaysia, Bank Indonesia e Norges Bank deram-nos igualmente o seu apoio sob a forma de treino aos funcionários da ABP.

A Autoridade continuou também a receber o apoio da parte do Governo da RDTL, particularmente do Primeiro Ministro e da Ministra do Plano e Finanças.

Durante o ano em análise a ABP iniciou três projectos legislativos relacionados com o funcionamento do nosso sistema financeiro. Assim, preparámos projectos de lei sobre sistema de pagamentos e pagamento de transacções, sobre a luta contra a lavagem de dinheiro.

Outro projecto em que a ABP se encontra envolvida é o da preparação da legislação que irá transformar a instituição num Banco Central com todas as características e funções usuais destes. O Governo deu um claro sinal do seu compromisso com este processo ao completar o capital social previsto para a ABP em Julho de 2005.

## ***2.2 - Agenda legislativa***

A ABP continua a desenvolver legislação geral e complementar nas seguintes áreas:

- Com o apoio do Departamento Legal do FMI foi elaborado um projecto de Lei Anti-lavagem de dinheiro e contra o financiamento do terrorismo. Este projecto segue as tendências mais recentes sobre o assunto, estando de acordo com os padrões internacionais.

- A Lei estabelecendo o regime de licenciamento e supervisão de companhias de seguros e de intermediários de seguros foi aprovada, tendo sido promulgada desde Julho 2005. Com o apoio de um especialista disponibilizado pelo FMI foram igualmente preparados um conjunto de regulamentos de implementação da Lei que estão na fase final de análise e decisão pelo Conselho de Administração da ABP.

- Estatutos do Banco Central – um primeiro projecto deste documento foi preparado pelo Banco de Portugal e em Setembro de 2004 foi formado, na ABP, um grupo de trabalho cuja missão foi a de discutir esse projecto e identificar todos os procedimentos necessários para transformar a Autoridade num Banco Central com todas as características usuais nestes. O grupo de trabalho incluiu a maior parte dos titulares das principais posições de gestão da ABP. A ABP recebeu igualmente o apoio do FMI para completar o processo.

- Foi submetida ao Conselho de Ministros o projecto de Lei sobre Cheques e instrumentos negociáveis

## ***2.3 - Sistema financeiro e de pagamentos***

### *Sistema financeiro*

A ABP continua a supervisionar o funcionamento dos sistema financeiro, especialmente os sectores bancário e de seguros. Várias iniciativas foram tomadas para melhorar a capacidade do pessoal da instituição encarregue desta actividade no sentido de melhor cumprirem as suas tarefas. O Departamento de Sistemas Monetários e Financeiros do FMI providenciou várias visitas de técnicos especialistas à Autoridade para auxiliarem o Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro desta fornecendo treinamento e revendo os procedimentos de enquadramento legal e de supervisão existentes.

Durante o ano a ABP beneficiou de visitas de especialistas nas áreas da supervisão bancária e da supervisão de seguros. Estes ajudaram a direcção da ABP a discutir um certo número de aspectos de

política de implementação da Lei dos Seguros e forneceram treino ao pessoal encarregue da supervisão de seguros nas áreas do licenciamento e dos procedimentos básicos de inspecção nas empresas.

Como parte do esforço para promover um sistema financeiro sólido e eficaz, a ABP continua a levar a cabo reuniões regulares com todos os bancos operando no nosso país. Estas reuniões realizam-se, em geral, todos os meses e destinam-se a discutir questões enfrentadas pela indústria bancária bem como para troca de pontos de vista sobre o desenvolvimento do sistema financeiro nacional. Para além destas reuniões a ABP também mantém discussões com cada um dos bancos em particular sempre que é necessário abordar questões específicas a cada um.

Durante o período em análise (ano fiscal 2004-05) foi dada resposta negativa a um pedido de concessão de uma licença para exercício da actividade bancária.

Durante o ano foi realizada, em cada banco em actividade, uma inspecção nas suas próprias instalações. Além disso, os analistas dos bancos continuam a monitorar os relatórios periódicos, trimestrais, apresentados por cada banco e a apresentar ao Conselho de Administração relatórios trimestrais consolidados sobre os sistema financeiro do país.

Com a expansão da actividade creditícia pelo sistema bancário e a falta de um quadro legal claro para apoiar esta actividade, a ABP trabalhou em estreita colaboração com o Banco Mundial no sentido de criar um registo central de crédito bancário para ajudar a banca comercial a limitar os seus riscos na concessão de crédito.

### O sistema bancário de Timor-Leste: uma síntese das suas características

De uma forma geral, o sistema bancário em Timor-Leste manteve-se saudável durante o ano em análise. Os bancos começaram a diversificar a sua carteira de Activos tal como pode ser constatado pela consulta do gráfico abaixo.

O total dos activos do sistema bancário, no seu conjunto, aumentaram 15,9%, principalmente devido ao aumento de 8,3% dos depósitos neles colocados e de 35,2% das aplicações no exterior.

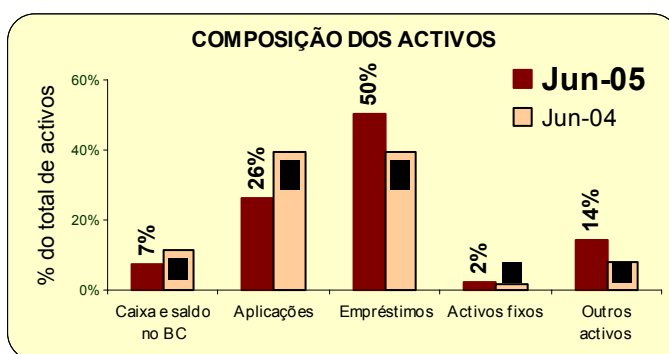
Os gráficos abaixo representam a evolução quer dos activos quer das responsabilidades (passivos) do sistema bancário durante o período do ano fiscal 2004-05.

#### Composição dos activos

O total dos activos do sistema bancário em 30 de Junho de 2005 era de 157,1 milhões USD, o que representa um crescimento de quase 16% relativamente aos 135,6 milhões USD do ano anterior.

Este aumento é uma consequência da intensa mobilização de depósitos a que os bancos procederam. Durante o ano o sistema bancário começou a diversificar significativamente a sua carteira de activos. Esta mudança de estratégia influenciou também a performance, em geral, do sistema bancário.

Algumas das alterações mais visíveis foram o aumento da importância dos empréstimos e adiantamentos, que representavam 50% dos activos em 30 de Junho de 2005. Em valores absolutos deu-se um aumento de 53,4 milhões em Junho/2004 para 78,8 no fim de Junho/2005, um aumento de cerca de 48%.



Os empréstimos foram concedidos essencialmente aos sectores da construção civil, do comércio e finanças e dos empréstimos pessoais. Acompanhando o aumento da carteira de empréstimos o nível de incumprimentos destes aumentou significativamente (371,2% em relação ao ano anterior) passando agora a representar cerca de 7,8% do total dos empréstimos do sistema bancário. Refira-se, porém, que o sistema bancário constituiu reservas suficientes para fazer face a esta situação, não estando em causa a solidez de nenhuma das instituições financeiras nem do sistema em geral. Estas provisões ascendem a 5,9 milhões USD (incluindo as reservas gerais).

As aplicações junto de outros bancos, particularmente no exterior, representam agora 26,2% do total dos activos. O valor em causa representa uma queda de 22,5% relativamente ao ano anterior, denunciando uma preferência, saudável, para a aplicações em activos no país (ex. empréstimos) em detrimento das aplicações no estrangeiro.

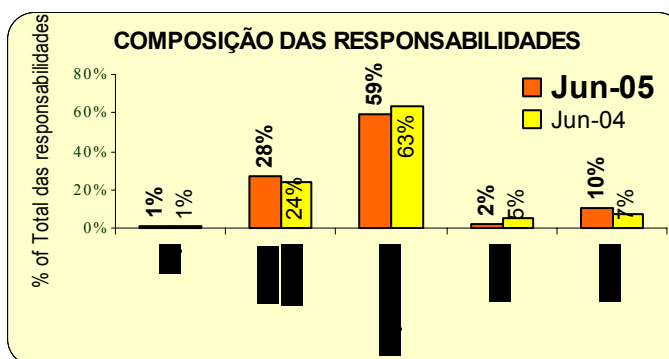
Por sua vez, os valores em Caixa e depositados no Banco Central ( a ABP) representam agora 7,3% do total dos activos, uma queda de 26% relativamente ao ano anterior (eram de 15,5 milhões USD em 30.JUN.04). No entanto e apesar desta descida, a liquidez do sistema bancário manteve-se forte.

Por fim refira-se que os “outros activos”, que representavam 14,3% do total dos activos, conheceram uma duplicação dos quase 11 milhões USD existentes em 30.JUN.04, tendo passado a ser de 22,4 milhões em 30.JUN.05 passado devido principalmente ao aumento das transacções com as sedes, no estrangeiro, dos bancos comerciais actuando no nosso país.

#### Composição das responsabilidades dos bancos (passivos)

O total das responsabilidades (passivos) do nosso sistema bancário incluía, em 30.JUN.05, responsabilidades para com terceiros (pessoas físicas ou outras exteriores ao capital do banco) de 141,3 milhões USD (90% do total do passivo). O capital, com os seus 15,8 milhões USD, correspondiam a 10% do total.

As responsabilidades aumentaram 12,4% em relação ao ano anterior tendo este aumento ficado a dever-se principalmente ao aumento do valor nominal dos depósitos de outros bancos. Em relação aos depósitos, 62,3% eram “à vista/à ordem”, sendo 29,6%



Continua na página seguinte

depósitos de poupança — os que não podem ser imediatamente mobilizáveis por cheque — e 8,1% eram depósitos “a prazo”.

Entretanto, as contas de capital e reservas aumentaram 60,8% (para 15,8 milhões USD em 30.JUN.05) relativamente ao ano anterior. Esta variação ficou a dever-se principalmente a um aumento significativo das reservas gerais, tal como exigido pelas normas impostas pela ABP, para cobrir as perdas que possam ocorrer devido ao aumento do risco nos investimentos (aumento dos empréstimos em situação de incumprimento; os *NPL-Non-Performing Loans* na designação em inglês).

**Rentabilidade**

A análise da rentabilidade do sistema bancário baseia-se apenas nos relatórios de gestão das instituições já que, contrariamente ao que sucede com o ano fiscal, os bancos trabalham com base em anos civis, terminados em 31 de Dezembro de cada ano.

As principais fontes de rendimentos do sector bancário no período terminado em 30.JUN.05 foram os juros e outros rendimentos semelhantes e que somaram 5,9 milhões USD, 3,8% do total dos activos. Comparado com o ano anterior, isto representou um aumento de cerca de 89%. Os rendimentos com origem nos empréstimos e adiantamentos aumentaram significativamente em relação ao ano anterior e contribuíram consideravelmente para o rendimento total do sistema bancário (representando 3,3% do total dos activos). Os rendimentos de outras actividades operacionais dos bancos foram de 2,6 milhões USD, uma diminuição de 8,7% relativamente ao ano anterior e 1,7% do total dos activos.

Entretanto, as despesas em pagamento de juros (passivos) até ao fim de Junho de 2005 ascenderam a 0,5 milhões USD; apesar da sua relativamente pequena dimensão, resultante das taxas de juro (passivas) relativamente baixas praticadas pela totalidade dos bancos comerciais, isto representou um aumento de cerca de 240% relativamente ao ano anterior, um dos resultados do aumento significativo dos depósitos bancários. O total das despesas no ano terminado em 30.JUN.05 foi de 4,9 milhões USD, uma queda de 14,3% relativamente à mesma data do ano anterior. O lucro total do sistema bancário, como um todo, foi, durante o ano fiscal de 2004/05, de 2,3 milhões de USD

<b>BALANÇO CONSOLIDADO DO SISTEMA BANCÁRIO *)</b>					
<b>ACTIVOS</b>			<b>RESPONSABILIDADES</b>		
<b>Itens</b>	<b>Jun-05</b>	<b>Jun-04</b>	<b>Itens</b>	<b>Jun-05</b>	<b>Jun-04</b>
Caixa e saldo no BC	<b>11.481</b>	15.509	Devido ao BC	<b>2.240</b>	1.103
Aplicações	<b>41.181</b>	53.159	Devido aos outros bancos	<b>43.243</b>	31.987
Empréstimos	<b>78.835</b>	53.443	Devido aos depositantes	<b>93.209</b>	86.033
Activos fixos	<b>3.181</b>	2.647	Outras responsabilidades	<b>2.661</b>	6.688
Outros activos	<b>22.431</b>	10.852	Capital	<b>15.755</b>	9.799
<b>Total</b>	<b>157.107</b>	135.610	<b>Total</b>	<b>157.107</b>	135.610

\*) Fonte: Baseado em informação submetida à ABP pelas instituições bancárias

**Sistema de Pagamentos**

A ABP tem um compromisso permanente de promover o desenvolvimento de um moderno sistema de pagamentos no nosso país. Embora o sistema de pagamentos em Timor-Leste seja ainda relativamente simples, a verdade é que ele satisfaz plenamente as actuais necessidades dos seus utilizadores. De momento os instrumentos de pagamento incluem cheques, crédito e transferências interbancárias, cartões de débito, ATM’s e serviços de transferência de dinheiro.

A ABP opera a Câmara de Compensação de Dili (CCD) e os instrumentos nela movimentados incluem cheques transferências de créditos. De modo a facilitar a liquidação de obrigações na CCD, a ABP desenvolveu um novo sistema computadorizado para cálculo das operações.

O volume de transacções processadas continua a aumentar à medida que mais pagamentos para projectos do governo e salários dos funcionários públicos são encaminhados para operações em Câmara.

O quadro abaixo mostra o número de itens e o seu valor compensados na Câmara durante o ano fiscal de 2004-05 a que nos reportamos:

Mês	Itens Compensados				Itens Devolvidos	
	Número		Valor total (mil USD)		Número	Valor (mil USD)
	Total	Média diária	Total	Valor médio		
Julho 2004	1168	53	7.145	6,1	13	31
Agosto	1112	56	8.770	7,9	11	25
Setembro	1334	64	8.439	6,3	21	76
Outubro	1208	58	7.604	6,0	20	155
Novembro	1260	60	7.488	5,9	12	23
Dezembro	1417	64	6.831	4,8	9	32
Janeiro 2005	1081	51	9.197	8,5	9	26
Fevereiro	1229	61	6.354	5,2	13	118
Março	1419	65	7.895	5,6	23	120
Abril	1405	67	7.030	5,0	14	61
Mai	1497	71	8.231	5,5	9	33
Junho	1621	74	8.379	5,2	14	37
<b>Total 2004/05</b>	<b>15.751</b>	<b>62,0</b>	<b>93.363</b>	<b>6</b>	<b>168</b>	<b>737</b>
<b>Total 2003/04</b>	<b>10.341</b>	<b>40,6</b>	<b>62.065</b>	<b>6</b>	<b>85</b>	<b>450</b>
<b>Total 2002/03</b>	<b>3.206</b>	<b>13,5</b>	<b>18.575</b>	<b>6</b>	<b>87</b>	<b>42</b>

A ABP introduziu durante o ano a monitoração de transferências de dinheiro ao solicitar aos agentes que as realizam informações relacionadas com a sua actividade, incluindo sobre as transferências de largas quantias de dinheiro.

## 2.4 - Disposições quanto ao dinheiro e serviços bancários

### *Disposições quanto ao uso de dinheiro*

A ABP continuou a desenvolver um esforço de educação do público relativamente ao uso do dinheiro (moedas de centavos) e à identificação de dinheiro falso (notas) utilizando para isso as principais lojas dos Distritos de maior população tais como o de Dili. Tal como anteriormente, estes esforços foram conduzidos com o objectivo de informar o público, incluindo os bancos comerciais, sobre como identificar notas falsas.

Um dos principais papéis da ABP é assegurar um adequado abastecimento de notas e de moedas para a realização das transacções. Durante o ano de 2004/05 a ABP continuou a fornecer a moeda (em sentido lato de notas e moedas metálicas) necessária ao funcionamento da economia. O quadro abaixo mostra a queda nos valores importados de moeda em comparação com o ano anterior, o que se poderá atribuir a uma diminuição das transacções em dinheiro à medida que a população começou a utilizar mais intensamente os serviços bancários para efectuar as suas transacções, especialmente nas relacionadas com o estrangeiro. O quadro sintetiza as operações de moeda durante o ano comparando-as com o ano fiscal anterior.

(em milhões de USD)

Denominação (USD e centavos)	Importação	Moeda colocada em circulação		Retirada de circulação
		Circulada	Re-depositada	
\$100	8,48	10,95	2,85	-
\$50	1,60	5,80	3,80	-
\$20	5,44	23,52	23,58	3,6
\$10	4,48	24,58	22,18	2,2
\$5	1,60	8,94	10,75	3,2
\$1	1,97	1,02	1,03	1,06
50 Centavos	-	0,37	0,387	-
25 Centavos	-	0,23	0,246	-
10 Centavos	-	0,11	0,103	-
5 Centavos	-	0,06	0,048	-
1 Centavo	-	0,00	0,002	-
<b>Total 2004-2005</b>	<b>23,57</b>	<b>75,58</b>	<b>64,97</b>	<b>10,06</b>
<b>Total 2003-2004</b>	<b>47,04</b>	<b>110,04</b>	<b>96,52</b>	<b>13,58</b>

### *Serviços bancários*

A ABP, na sua qualidade de banqueiro do Governo, iniciou discussões com os bancos comerciais e o Departamento do Tesouro do Ministério do Plano e das Finanças tendo em vista o envolvimento de todos os bancos no recebimento de receitas do Estado.

No início de 2005 a ABP incentivou todos os funcionários públicos em Dili a transferir o recebimento dos seu salário mensal para um banco comercial da sua preferência de modo a incentivar a utilização dos serviços bancários e dos sistema de pagamentos disponível no país. Em resultado desta acção mais de 2100 de um universo possível de cerca de 2500 funcionários que ainda recebiam os seus salários em dinheiro aos balcões da ABP optaram por passar a recebê-los através de um dos bancos comerciais.

Como parte do programa para facilitar a distribuição de moedas de “centavos” e, de uma forma mais geral, como forma de alargar o âmbito dos serviços bancários prestados pela ABP e relacionados com pagamentos do Estado, a ABP abriu uma agência no Distrito de Oécussi. Esta agência foi inaugurada por S.Ex<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro da RDTL em Setembro de 2004.

O quadro seguinte sumaria os pagamentos nacionais e internacionais levados a cabo pelos bancos comerciais. O quadro mostra aumentos relativamente ao que se tinha verificado no ano anterior que resultaram principalmente de um maior número de ordens de pagamento e também de recolha de receitas com origem nos contribuintes. Pode verificar-se também que há uma diminuição no número e no valor das transferências com origem no exterior. As estatísticas não incluem os rendimentos, particularmente relacionadas com pagamentos ligados à actividade petrolífera no Mar de Timor, depositadas directamente na conta do Governo junto da ABP.

Dólares dos EUA (milhões USD)	Pagamentos internos		Pagamentos internacionais		Recebimentos do exterior	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
<b>Julho 2004</b>	338	3,86	33	5,28	53	8,70
Agosto	316	4,71	28	52,21	51	7,19
Setembro	475	6,71	32	42,87	42	31,59
Outubro	290	4,06	30	29,37	36	30,65
Novembro	286	5,12	35	24,32	45	24,67
Dezembro	326	4,08	36	36,72	51	30,53
<b>Janeiro 2005</b>	235	7,63	40	17,9	45	22,39
Fevereiro	303	3,89	32	33,63	48	71,01
Março	302	3,65	25	23,06	46	25,10
Abril	329	4,13	46	35,88	47	37,88
Maio	312	5,06	21	10,12	42	28,38
Junho	434	6,22	36	31,9	47	19,22
<b>Total 2004-2005</b>	<b>3946</b>	<b>59,13</b>	<b>394</b>	<b>343,26</b>	<b>553</b>	<b>337,33</b>
<i>Total 2003-2004</i>	<i>3133</i>	<i>38,60</i>	<i>360</i>	<i>111,30</i>	<i>562</i>	<i>147,60</i>

Dólares australianos (AUD)	Pagamentos internacionais		Recebimentos do exterior	
	Número	Valor	Número	Valor
<b>Julho 2004</b>	5	0,1	1	0,1
Agosto	1	0,0	3	1,4
Setembro	3	0,0	1	0,0
Outubro	0	-	1	0,0
Novembro	5	0,0	2	0,1
Dezembro	4	0,0	2	0,0
<b>Janeiro 2005</b>	1	0,0	3	0,0
Fevereiro	4	2,0	2	0,0
Março	4	0,0	4	0,0
Abril	4	0,0	4	0,0
Maio	2	0,0	4	6,0
Junho	6	7,0	4	0,1
<b>Total 2004-2005</b>	<b>39</b>	<b>9,2</b>	<b>31</b>	<b>7,9</b>
<i>Total 2003-2004</i>	<i>55</i>	<i>8,6</i>	<i>15</i>	<i>10,1</i>

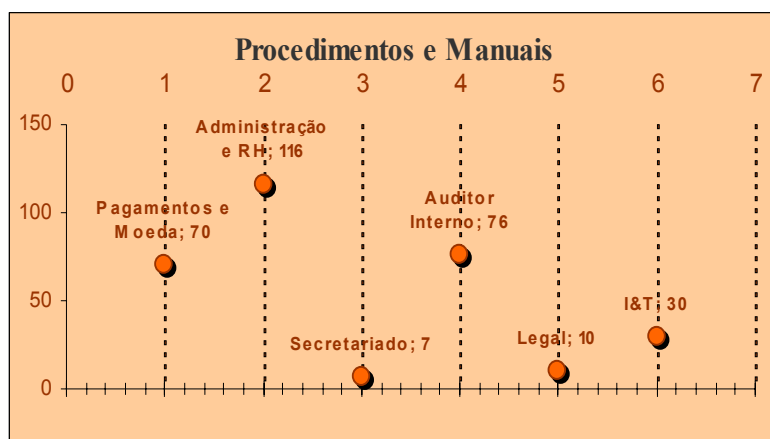
## 2.5 - Reforço institucional

Para reforçar a instituição e dar confiança aos funcionários no cumprimento das suas funções, foram escritos durante o ano mais de 300 novos “procedimentos” e manuais, tendo sido já aprovados mais de 260 “procedimentos”. Estes incluem uma revisão dos procedimentos até agora existentes quanto à aquisição de bens para o funcionamento da instituição (*procurement*).

A Direcção da ABP elaborou também um manual de delegação de competências.

Durante o ano a ABP introduziu novos termos e condições de emprego dos funcionários, incluindo a introdução de um sistema remuneratório baseado na *performance* de cada um e que foi aprovado pelo Primeiro-Ministro da RDTL.

A Autoridade, com o apoio de um consultor facultado pelo PNUD, instalou um conjunto de equipamentos informáticos essenciais para a sua actuação com segurança e definiu uma estratégia de longo prazo para esta área (IT) de modo a fazer face às necessidades de desenvolvimento da instituição. Isto incluiu a criação de um *website* para a ABP com o endereço [www.bancocentral.tl](http://www.bancocentral.tl).



Numa antecipação aos planos do Governo para dar à ABP a responsabilidade da gestão do Fundo Petrolífero, a ABP re-estruturou a sua organização de modo a acomodar na sua estrutura as novas funções. Foi, assim, criado um novo departamento, designado como Departamento de Gestão do Fundo Petrolífero, com duas divisões.

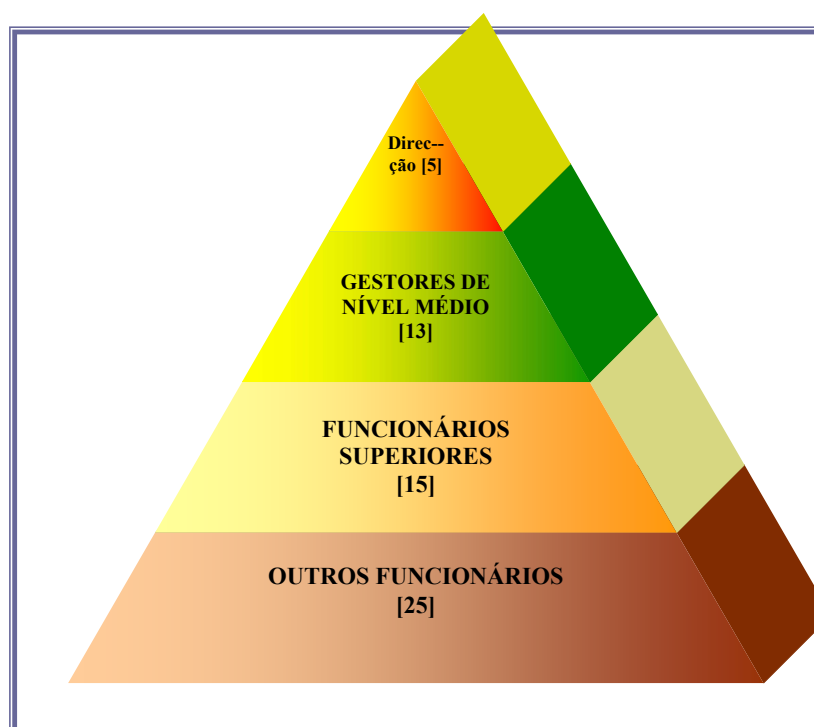
O Governo anunciou entretanto a sua intenção de transformar a instituição num Banco Central completo tendo, com a autorização do Parlamento, completado o capital social da ABP durante o ano fiscal de 2005/06.

## 2.6 - Recursos humanos e desenvolvimento de capacidades

### Gestão e recursos humanos

Desde Novembro de 2004 que as principais posições de gestão da Autoridade — a de Director-Geral e as de dois Vice Directores-Gerais — estão preenchidas por cidadãos nacionais timorenses. Este feito foi uma dos principais marcos do desenvolvimento das capacidades do que virá a ser o futuro Banco Central de Timor-Leste.

O número de funcionários da ABP cresceu comparativamente com o ano anterior, um facto tornado necessário devido ao alargamento das funções desempenhadas pela instituição e relacionadas, nomeadamente, com a introdução da supervisão de seguros e uma crescente ênfase nos procedimentos de auditoria interna e de tecnologia da informação. No final do ano fiscal de 2004-05 o número de funcionários da instituição era de 58 (vd. na pág. seguinte um esquema da hierarquia da ABP).

**ESQUEMA ORGANIZATIVO DA HIERARQUIA DA ABP***Desenvolvimento de capacidades*

A ABP continuou a investir fortemente num programa intensivo de preparação técnica dos seus quadros dos diversos níveis. Neste quadro foram estabelecidos ou aprofundados um conjunto de acordos bilaterais com outros bancos centrais, nomeadamente o Banco de Portugal, o Banco da Indonésia e o Bank Negara Malaysia. Para além destas instituições a ABP continuou igualmente a beneficiar de colaboração com outras instituições de treino ou Universidades como foram os casos do Singapore Training Institute (ligado ao FMI), o instituto de treinamento dos bancos centrais do sudeste asiático (SEACEN) e o ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, entre outros.

Durante o ano a ABP levou a cabo uma exaustiva análise das suas necessidades a fim de fundamentar um plano de desenvolvimento das capacidades do seu pessoal no médio e no longo prazo. Apesar disso, como o mandato da ABP foi, imediatamente antes do final do ano fiscal de 2004-05, estendido para incluir a gestão do Fundo Petrolífero de Timor-Leste, a direcção da Autoridade iniciou, durante o último trimestre do ano fiscal, um projecto de revisão do plano traçado de modo a incluir as novas necessidades de formação dos funcionários ligados à gestão do Fundo e a alargar o âmbito da formação à obtenção de graus académicos de pós-graduação nos casos em que tal se justificar.

Este plano revisto visará também cobrir as necessidades futuras de formação da instituição quando ela se transformar em Banco Central com todas as características tradicionais destes e visa, nomeadamente, torná-la menos dependente de formação e apoio técnico com origem no exterior.

Durante o ano, 41 dos nossos funcionários (num total de cerca de 2648 pessoas/hora) participaram em várias acções de formação no estrangeiro, incluindo visitas de estudos e estágios de curta duração em outros bancos centrais.

### Acções de formação dos funcionários, Jul/04-Jun/05 (pessoas-hora)

Descrição	Total	Desenv. de capacidades	Treino técnico
<b>Cursos de teinamento</b>			
☛ Internos	10.020	6.925	3.095
☛ Externos	2.648	552	2.096
Visitas de especialistas	2.800	1.240	1.560
Conselheiros internacionais (em <i>full time</i> )	14.400		
<b>Total</b>	<b>29.868</b>	<b>8.717</b>	<b>6.751</b>

Para além de ter continuado a enviar alguns dos seus funcionários para o estrangeiro a fim de contactarem a realidade de outros bancos centrais e aí receberem treino, a ABP continuou a conduzir um vasto programa de treino nas suas próprias instalações conduzido, em parte, por especialistas internacionais afectados à ABP. Estes cursos incluíram igualmente classes de ensino do Português (num total de 4.080 horas) fornecidas pela delegação em Timor-Leste do *Instituto Camões*, de Portugal..

## 2.7 - Governação

A ABP continua a promover activamente a sua própria boa governação, especialmente nos aspectos relacionados com a transparência do processo de tomada de decisões e a responsabilização perante os seus proprietários — neste caso o estado Timorense representado pelo Governo da RDTL.

O órgão máximo de tomada de decisões é o Comité de Gestão, o qual é composto por cinco membros. Durante o ano a participação no processo de tomada de decisões foi alargada de modo a incluir outras unidades relevantes da organização interna da Autoridade tais como o Auditor Interno, o Conselheiro Legal, a Directora da Divisão dos Recursos Humanos, o Economista-Chefe (o Director da Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas) e o chefe da Divisão de Informação e Tecnologia.

Embora estes participantes não tenham direito de voto quando este é utilizado, os seus pontos de vista e observações são sempre tomadas em conta em cada decisão, fazendo parte integrante do processo de tomada de decisões destas. O Comité de Gestão discute regularmente importantes questões relacionadas com as actividades da ABP, incluindo sobre os relatórios de execução financeira, as actividades de investimento, a revisão das operações com moeda, etc.

Para assegurar que são seguidas as políticas definidas pelo Conselho de Administração e os procedimentos tal como documentados nos novos manuais, o Auditor Interno realiza auditorias regulares e prepara um relatório mensal apresentado ao Director-Geral. Esta tarefa é essencial para dar ao este último a certeza de que todas as políticas e procedimentos aprovados são efectiva e eficazmente implementados.

O Auditor Interno também reporta trimestralmente ao Conselho de Administração e tem um mandato que lhe permite levantar junto deste toda e qualquer questão que considere relevante e fazer recomendações para análise e decisão do Conselho.

A ABP, sendo uma entidade autónoma e distinta deles, reconhece (e actua em conformidade) que é responsável perante o Governo da RDTL e os cidadãos nacionais no que toca às suas actividades.

***Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste***  
***Banking and Payments Authority of Timor-Leste***

**Avenida Bispo Medeiros, Caixa Postal 59, Dili, Timor-Leste**

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE O EXERCÍCIO**  
**TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2005**

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	pg	51
BALANÇO .....		52
CONTA DE EXPLORAÇÃO		53
DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....		54
QUADRO DE CASHFLOW .....		55
NOTAS ÀS CONTAS (FAZENDO PARTE DAS MESMAS)		56 - 62
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS		63-65

## ***AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE***

### **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As Informações Financeiras das páginas 2 (dois) a 5 (cinco) e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 6 (seis) a 13 (treze) foram preparadas pela Administração da ABP e aprovadas pelo Conselho de Administração da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos do Regulamento 2001/30 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste à data e durante o período que terminou em 30 de Junho de 2005.

Dili, 9 de Setembro de 2005

Abraão de Vasconcelos  
**Director-Geral**

**AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE**

**BALANÇO**

Referido a  
30 DE JUNHO DE 2005

	Notas	2005 USD	2004 USD
<b>ACTIVO</b>			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	2	130.006.052	92.863.371
Títulos do Governo dos Estados Unidos		222.830.279	-
Outros investimentos	6	11.944.229	12.023.020
Propriedade, edifícios e equipamentos	3	1.027.006	1.103.267
Outros activos	4	157.272	187.584
<b>Total dos Activos</b>		<b>365.964.838</b>	<b>106.177.242</b>
<b>PASSIVO</b>			
Moeda emitida	5	1.465.161	835.938
Depósitos do Governo	5	338.101.527	79.010.827
Depósitos das instituições financeiras nacionais	5	4.676.346	5.769.802
Depósitos de instituições financeiras internacionais	6	11.944.229	12.023.020
Outros Passivos	5	128.625	167.869
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>356.315.888</b>	<b>97.807.456</b>
<b>ACTIVO – PASSIVO</b>		<b>9.648.950</b>	<b>8.369.786</b>
<b>Situação Líquida</b>			
Conta de Capital		7.727.188	7.727.188
Conta de Reserva Geral		1.921.762	642.599
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>9.648.950</b>	<b>8.369.787</b>

*As notas das páginas 56 a 61 fazem parte integrante desta declaração*

# ***AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE***

## **CONTA DE EXPLORAÇÃO**

Período concluído em 30 de Junho de 2005

		<b>2005</b>	<b>2004</b>
	<b>Notas</b>	<b>USD</b>	<b>USD</b>
<b>PROVEITOS</b>			
Rendimento de Activos Financeiros	7A	956.935	601.353
Rendimento de títulos do Governo	7A	3.412.352	-
Receitas provenientes do Governo	7B	620.000	628.978
Taxas e comissões cobradas	7C	268.993	365.066
Outros Rendimentos	7D	5.931	37.001
Emissão de moeda: ganhos (perdas)	7E	187.098	(495.050)
<b>PROVEITOS TOTAIS</b>		<b>5.451.309</b>	<b>1.137.348</b>
<b>Custos</b>			
Juros suportados e comissões bancárias		3.226.431	192.690
Despesas de importação de notas e moedas		168.251	225.537
Despesas com Pessoal		270.251	209.681
Despesas Administrativas	9	347.368	192.827
Depreciação do Imobilizado	3B	159.845	134.789
<b>CUSTOS TOTAIS</b>		<b>4.172.146</b>	<b>955.524</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>1.279.163</b>	<b>181.824</b>

*As notas das páginas 56 a 61 fazem parte integrante desta declaração.*

***AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE***

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALETRAÇÕES DE CAPITAL DURANTE O ANO FISCAL  
TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2005**

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
	<b>USD</b>	<b>USD</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		
Saldo inicial	7.727.188	7.811.941
Cash Subscriptions from Government	-	376.022
	<b>7.727.188</b>	<b>7.727.188</b>
<b>CONTA DE RESERVA GERAL</b>		
Saldo inicial	642.599	460.775
Ganhos retidos	1.279.163	181.824
	<b>1.921.762</b>	<b>642.599</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>9.648.950</b>	<b>8.369.787</b>

*As notas das páginas 56 a 61 fazem parte integrante desta declaração*

# **AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE**

## **QUADRO DE CASHFLOW**

Período concluído em 30 de Junho de 2005

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
	<b>USD</b>	<b>USD</b>
<b>ACTIVIDADE OPERACIONAIS</b>		
Lucro operacional	1.279.163	181.824
Depreciação	159.845	134.789
Alteração nos Valores a Receber, Pré-pagamentos e Stock	30.312	(85.364)
Moeda emitida	629.223	835.938
Alteração nos Depósitos do Governo	259.090.700	37.475.751
Alterações nos Depósitos de Instituições Financeiras nacionais	(1.093.456)	1.002.556
Alterações nos Depósitos de Instituições Financeiras Internacionais	(78.791)	535.968
Alteração nos Outros Passivos	(39.244)	(154.420)
<b>Cash Flow operacional</b>	<b>259.977.752</b>	<b>39.927.042</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Alterações nos Investimentos	78.791	(535.968)
Títulos do Governo dos Estados Unidos	(222.830.279)	-
Aquisição de activos fixos e equipamento	(83.583)	(368.315)
<b>Cash Flow das actividades de investimento</b>	<b>(222.835.071)</b>	<b>(904.283)</b>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Subscrição de Capital	-	376.022
<b>Cash Flow das actividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>376.022</b>
<b>Alteração (líquida) em Cash e seus equivalentes</b>	<b>37.142.681</b>	<b>39.398.781</b>
<b>Cash e cash equivalentes Inicial</b>	<b>92.863.371</b>	<b>53.464.590</b>
<b>Cash e seus equivalentes Final</b>	<b>130.006.052</b>	<b>92.863.371</b>

As notas das páginas 56 a 61 fazem parte integrante desta declaração

**NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O ANO TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2005**

**1. SÍNTESE INFORMATIVA SOBRE A POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS**

**(A) Base de preparação**

O Relatório de Contas foi preparado de acordo com as convenções historicamente aceites sobre a contabilização dos custos e com base nos acréscimos de modo a estarem de acordo com as políticas de contabilidade em vigor na Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste (ABP/BPA) e os *International Accounting Standards*. Salvo indicação explícita em contrário, as normas seguidas neste Relatório de Contas são consistentes com as utilizadas no ano anterior.

**(B) Apresentação**

O Plano de Contas utilizado foi revisto durante o ano e foi, por isso, necessário reclassificar alguma informação de modo a harmonizá-la e torná-la comparável com a do ano terminado em 30 de Junho de 2005.

**(C) Unidade de conta**

Todos os valores são apresentados, salco expressamente indicado em contrário, em dólares norte-americanos, a moeda legal na República Democrática de Timor-Leste. Poderão surgir diferenças menores decorrentes de arredondamentos para o número inteiro mais próximo.

**(D) Taxas de câmbio**

Transacções envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas às taxas de câmbio prevalecentes nas datas de transacção. Activos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio praticadas no dia 30 de Junho de 2004. Os ganhos e perdas resultantes da re-avaliação de activos e passivos monetários foram identificados autonomamente na conta de Ganhos e Perdas.

As taxas de cambio relevantes utilizadas eram, em 30 de Junho de 2005, as seguintes:

USD 1 = AUD 1,3132

USD 1 = SDR 0,6865

USD 1 = EUR 0,8290

**(E) Contabilização dos Proveitos**

Rendimento de juros, taxas, comissões e outros rendimentos foram contabilizadas sob a forma de “*accrual basis*”, sempre que foi possível estabelecer com segurança que seriam devidamente recebidos pela ABP/BPA e que fosse possível calcular correctamente o seu valor. Receitas provenientes do Governo foram contabilizados a partir do momento da aprovação do Orçamento Anual pelo Parlamento.

**(F) Activos fixos e equipamentos**

O imobilizado foi contabilizado ao seu custo. As respectivas classes são indicadas na Nota 3 às contas.

**(G) Depreciação**

A depreciação foi calculada de acordo com o método de “*straight-line basis*” de forma a proceder-se à amortização total do custo do activo depreciable durante o período estimado da sua vida útil, usando as seguintes taxas de depreciação:

	2005	2004
i. Instalações (melhoramentos)	5%	5%
ii. Equipamentos / Maquinaria	20%	20%
iii. Equipamento de escritório	12,5%	12,5%
iv. Computadores & equipamento electrónico	25%	25%
v. Veículos motorizados	20%	20%

#### (H) Investimentos

Os investimentos são avaliados inicialmente ao seu preço de custo incluindo encargos com a sua aquisição. Os investimentos reportados referem-se a transacções com o FMI e são supostos manterem-se durante toda a sua vida útil, sendo avaliados ao seu custo inicial em Direitos de Saque Especiais (DSE) e convertidos em dólares americanos à taxa vigente em 30 de Junho de 2005.

#### (I) Stock de moedas não emitidas (centavos)

As moedas de “centavos” não colocadas em circulação são avaliadas ao seu custo de aquisição

#### (J) Imposto sobre o Rendimento

A BPA está isenta de imposto sobre o rendimento de acordo com o disposto na Secção nº 61 do Regulamento nº 2001/30

#### (K) Direitos pecuniários dos funcionários da BPA

Não existia qualquer regime de pensões para os funcionários da BPA durante o período em análise.

## 2. ANÁLISE DOS ACTIVOS FINANCEIROS

### (A) Análise por “rating” do crédito

	<u>Rating*</u>	2005 USD	2004 USD
<b>MOEDA NACIONAL E DEPÓSITOS</b>			
Caixa	AAA	11.046.918	8.689.360
Outros bancos centrais	Aa2	116.511.460	82.092.729
Bancos residentes	Aa3	2.238.478	935.025
Outros saldos de caixa	Aa1	1.200	—
<b>Total de caixa e depósitos</b>		<b>129.798.056</b>	<b>91.717.114</b>
<b>MOEDA E DEPÓSITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Bancos Centrais	Aa2	205.668	1.094.427
Moeda estrangeira	Aa2	-	50.882
Bancos não-residentes	Aa1	2.328	948
<b>Total (moeda e depósitos) em moeda estrangeira</b>		<b>207.996</b>	<b>1.146.257</b>
<b>TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS</b>		<b>130.006.052</b>	<b>92.863.371</b>

\*Nos casos em que um Banco Central não esteja classificado foi utilizado o “risco país” correspondente

## (B) ANÁLISE POR PAÍS DE EXPOSIÇÃO

A exposição por país foi determinada de acordo com o país de origem da instituição-sede nas quais os fundos estão depositados ou com o país emissor da moeda detida.

	2005	2004
	USD	USD
<b>País</b>		
EUA	112.072.889	18.294.623
Austrália	15.692.357	73.581.893
Indonésia	-	50.882
Portugal	2.240.806	935.973
<b>TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS</b>	<b>130.006.052</b>	<b>92.863.371</b>

## 3. ACTIVOS FIXOS

### (A) *Activos fixos a preços de custo*

O valor dos activos fixos não inclui o valor do terreno nem do custo base do edifício sede da ABP/BPA, mas tão somente o valor capitalizado dos melhoramentos efectuados

	Instalações	Equipamen to Geral	Equipamento de Escritório	Equipamento Informático	Veículos	TOTAL 2005	TOTAL 2004
Valor inicial	808.492	75.068	122.524	247.563	153.756	1.407.403	1.039.087
Incrementos	13.581	11.322	24.915	40.978	-	90.796	376.806
Abates	(3.488)	(2.809)	(677)	(238)	-	(7.212)	(8.491)
Valor a preços de custo	818.585	83.581	146.762	288.303	153.756	1.490.987	1.407.402

### (B) *Conta de depreciação*

	Instalações	Equipamen to Geral	Equipamento de Escritório	Equipamento Informático	Veículos	TOTAL 2005	TOTAL 2004
Valor inicial	71.589	37.564	28.568	124.305	42.109	304.135	169.346
Depreciação anual	39.758	16.295	16.433	64.296	30.751	167.533	134.789
Abatidos ao activo e ajustamentos	(68)	(474)	(50)	(7.096)	-	(7.688)	-
Depreciação acumulada	111.279	53.385	44.951	181.505	72.860	463.980	304.135

(C) *Valor contabilístico líquido dos activos fixos*

	Instalações	Equipamen to Geral	Equipamen to de Escritório	Equipamen to Informático	Veículos	TOTAL 2005	TOTAL 2004
Activos fixos a preço de custo	818.585	83.581	146.762	288.303	153.756	<b>1.490.987</b>	<b>1.407.402</b>
Depreciação acumulada	(111.279)	(53.385)	(44.951)	(181.505)	(72.860)	<b>(463.980)</b>	<b>(304.135)</b>
<b>Valor (contabilístico) líquido</b>	<b>707.306</b>	<b>30.196</b>	<b>101.811</b>	<b>106.798</b>	<b>80.896</b>	<b>1.027.007</b>	<b>1.103.267</b>

4. **OUTROS ACTIVOS**

	2005	2004
Item	USD	USD
Contas a receber	54.030	107.443
Conta da agência de Oe-Cussi	14.332	0
Pré-pagamentos	45.077	36.743
Stock de “Centavos” não emitidos, ao seu custo	43.833	43.398
	<b>157.272</b>	<b>187.584</b>

5. **PASSIVO RECEBENDO JUROS E RISCO DE JURO RELACIONADO**

RESPONSABILIDADES POR DEPÓSITOS	Base do juro	2005	2004
<b>Do Governo</b>			
Fundo Consolidado de Timor-Leste	***	268.019.991	65.060.878
Fundo do “Timor Gap”		70.081.536	13.899.069
Outros fundos		0	50.880
		<b>338.101.527</b>	<b>79.010.827</b>
<b>De Instituições financeiras</b>			
Instituições financeiras nacionais		4.676.346	5.769.802
Instituições financeiras internacionais (líquido)		11.944.229	12.023.020
		<b>16.620.575</b>	<b>17.792.822</b>
<b>Total das responsabilidades em depósitos</b>		<b>354.722.102</b>	<b>96.803.649</b>
<b>MOEDA EMITIDA</b>		<b>1.465.161</b>	<b>835.938</b>
<b>OUTRAS RESPONSABILIDADES</b>			
Accruals		110.487	127.552
Outras contas pagáveis		18.137	40.317
<b>Total das outras responsabilidades</b>		<b>128.624</b>	<b>167.869</b>
<b>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</b>		<b>356.315.888</b>	<b>97.807.456</b>

Todas as responsabilidades têm a sua maturidade dentro do prazo de seis meses

\*\*\* *Federal Reserve Bank of New York Repurchase Rate* menos 75 pontos-base (*basis points*) sobre os saldos apropriados.

## 6. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

### (A) International Monetary Fund (IMF)

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. A ABP/BPA foi designada como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, a ABP/BPA inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais) são como segue

Subscrição da quota do FMI (activo)	SDR	8.200.000
Conta em Numerário do FMI (passivo)	SDR	21.500
Conta de títulos do FMI (passivo)	SDR	8.178.500

A conta de títulos do FMI reflecte o valor de uma Nota Promissória em custódia na ABP/BPA a favor do FMI. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR à taxa de câmbio SDR/USD aplicável, a de 30 de Junho de 2005.

### (B) The World Bank Group

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, a ABP/BPA foi designada como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, a Autoridade regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

#### *International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)*

Timor-Leste subscreveu 267 partes do capital social num valor global de USD 32.209.545, dos quais USD 1.739.315 foram pagas sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA

#### *International Development Association (IDA)*

Timor-Leste subscreveu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

#### *Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA)*

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

### (C) Asian Development Bank (ADB)

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do Banco Asiático de Desenvolvimento em 24 de Julho de 2002. De acordo com os Estatutos de Associação, a ABP/BPA foi designada como entidade depositária oficial. De acordo com a prática comum, a Autoridade regista os saldos existentes com este banco numa base de responsabilidades líquidas. A subscrição de Timor-Leste no capital do Banco Asiático de Desenvolvimento é de 350 acções, num valor total de USD 4.222.225, representados parcialmente por uma Nota Promissória de USD 171.904,88 depositada na ABP/BPA.

## 7. ANÁLISE DAS RECEITAS

	2005	2004
<b>(A) RENDIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>USD</b>	<b>USD</b>
Juros de depósitos – Bancos Centrais no exterior	948.527	592.408
Juros de depósitos – Títulos do Governo dos EUA	3.479.390	—
Juros de depósitos – Bancos Comerciais locais	8.409	6.801
Ganhos (Perdas) não realizados	(67.039)	—
Outros rendimentos	—	2.144
<b>Total do rendimento dos activos financeiros</b>	<b>4.369.287</b>	<b>601.353</b>
<b>(B) Receitas provenientes do Governo</b>		
Taxas e Comissões por Serviços Bancários	240.000	240.000
Transferência orçamental	380.000	388.978
<b>Receitas totais provenientes do Governo</b>	<b>620.000</b>	<b>628.978</b>
<b>(C) Comissões e recuperação de custos</b>		
Recuperação de custos (taxas sobre dinheiro)	204.993	315.733
Licenciamento e Supervisão	64.000	49.000
Comissões várias	—	333
<b>Total das comissões e recuperação de custos</b>	<b>268.993</b>	<b>365.066</b>
<b>(D) OUTRAS RECEITAS</b>		
Vendas de moedas numismáticas	5.931	27.221
Donativos	—	9.780
<b>Total de outras receitas</b>	<b>5.931</b>	<b>37.001</b>
<b>(E) GANHOS (PERDAS) DE MOEDA</b>	<b>187.098</b>	<b>(495.050)</b>
<b>TOTAL DO RENDIMENTO</b>	<b>5.451.309</b>	<b>1.137.348</b>

## 8. PERDAS (Ganhos) COM CÂMBIOS

Os Ganhos e Perdas resultantes da reavaliação dos activos e dos passivos monetários foram contabilizados explicitamente na conta de Ganhos e Perdas e o efeito líquido dos movimentos em moeda estrangeira durante o ano em análise foi um ganho equivalente a USD 187.098 (2004: perda de USD 495.050). Isto ficou a dever-se significativamente à valorização do USD relativamente às reservas mantidas em AUD (dólares australianos).

## 9. DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano em análise os gastos administrativos conheceram um aumento significativo devido ao alargamento das actividades da ABP/BPA. O montante total destas despesas foi de USD 347.368, que se devem comparar com os USD 192.827 do ano passado. O principal aumento das despesas resultou do aumento dos custos em “Informação & Tecnologia”, em despesas de escritório, pagamento de serviços externos, gestão de activos e seguros.

## 10. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os três membros do Conselho de Administração (*Governing Board*) em exercício à data de 30 de Junho de 2005 são também membros executivos da administração da instituição. Todos eles foram remunerados de acordo com o termos e condições de serviço dos funcionários da ABP/BPA.



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE**

### **Âmbito**

#### *O Relatório Financeiro e a responsabilidade do Conselho de Administração*

O relatório financeiro compreende o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas, a informação sobre alterações no capital social, o quadro de “cash flow”, as notas explicativas que acompanham estes documentos e a declaração de conformidade emitida pela Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) para o ano terminado em 30 de Junho de 2005.

O Conselho de Administração da ABP é responsável pela preparação e apresentação fiel e verdadeira do relatório financeiro de acordo com as *International Financial Reporting Standards* e de acordo com o Regulamento 2001/30 “sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste”. Isto inclui a responsabilidade pela manutenção dos registos contabilísticos apropriados e os controlos internos estabelecidos para evitar e detectar eventuais fraudes ou erros bem como pela definição das políticas de contabilização e pelas estimativas contabilísticas inerentes ao relatório financeiro.

#### *A perspectiva da Auditoria*

Levámos a cabo uma auditoria independente de modo a podermos expressar uma opinião aos membros do Conselho de Administração da ABP. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as *International Standards on Auditing* de modo a assegurar, de forma razoável, que os relatórios financeiros analisados se encontram livres de erros de registo dos movimentos. A natureza de uma auditoria é influenciada por factores tais como o uso dos conhecimentos profissionais, o uso de testes selectivos, as inerentes limitações do controlo interno e a disponibilidade de evidências persuasivas mais que conclusivas. Assim sendo, uma auditoria não pode garantir que tenham sido detectados todos os eventuais erros materiais de contabilização.

Realizámos procedimentos para determinar se, sob todos os pontos de vista materiais, o relatório financeiro representa razoavelmente bem — de acordo com o Regulamento 2001/30 “sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste”, os *International Financial Reporting Standards* e outras regras obrigatórias em Timor-Leste quanto à apresentação de contas — uma perspectiva que é consistente com o nosso entendimento sobre a posição financeira da ABP e do seu desempenho tal como representado pelos resultados obtidos pelas suas operações e o *cash flow*.

Formámos a nossa opinião com base em procedimentos que incluíram:

- exame, numa base de teste por amostragem, da informação disponível de modo a fornecer provas dos montantes referidos no relatório financeiro; e
- avaliação da conveniência das políticas de contabilização e dos números disponíveis bem como da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração da ABP.

Embora na nossa actividade de auditoria tenhamos tomado em consideração a eficácia dos controlos internos de gestão sobre os relatórios financeiros, esta não foi orientada no sentido de garantir a qualidade desses mesmos controlos internos

## **Independência**

Somos independentes da ABP e encontramos, no desempenho das nossas funções profissionais, todos os requisitos de independência exigidos pela profissão e sua ética.

## **Opinião da Auditoria**

Em nossa opinião, o relatório financeiro da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste está de acordo com o Regulamento 2001/30 “sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos”, incluindo

- a) ao dar uma perspectiva verdadeira e fiel da situação financeira da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste à data de 30 de Junho de 2005 e quanto ao seu desempenho durante o ano que terminou nessa data; e
- b) ao estar de acordo com os *International Financial Reporting Standards* e outras normas legais obrigatórias em Timor-Leste relativamente à apresentação de contas.

KPMG

Devendra N Patel  
*Sócio/Partner*

Darwin  
Setembro de 2005



## Conselho de Administração

*Abraão de Vasconcelos*  
*Maria José Sarmento*  
*Nur Aini Alkatiri*

## Conselho de Gestão

### Director-Geral

*Abraão de Vasconcelos*

### Director-Geral Adjunto para a Área da Supervisão

*Maria José Sarmento*

### Director-Geral Adjunto para a Área de Pagamentos

*Nur Aini Alkatiri*

### Director Administrativo

*Raquel Gonçalves da Costa*

### Director da Contabilidade

*Fernando Carvalho*

Contactos:

### **Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste**

*Autoridade Bankaria no Pagamentu  
Timor-Leste nian*

Av<sup>a</sup> Bispo Medeiros  
Caixa Postal 59  
Dili  
Timor-Leste

Telf: (+670) 331 37 18  
Fax: (+670) 331 37 16

e-mail: [info@bancocentral.tl](mailto:info@bancocentral.tl)